

DECLARANDO que o futuro de sua... Galvão de Melo na RTP...

"Operação mortada" com comandos

UMA FORÇA de Operações que... "Operação mortada" com comandos...

A "Época" em Conselho de Ministros na próxima terça-feira

UMA VEZ mais o Conselho de... A "Época" em Conselho de Ministros...

Tribalhadores e migrantes entregaram dossiês ao Governo

UM GRUPO de tribaldadores... Tribalhadores e migrantes entregaram dossiês...

Conferência dos Camponeses do Sul em Santarém

UMA VEZ mais os camponeses... Conferência dos Camponeses do Sul em Santarém...

UMA VEZ mais os camponeses... Conferência dos Camponeses do Sul em Santarém...



Uma multidão de camponeses... Conferência dos Camponeses do Sul em Santarém...

Orçamento Geral do Estado:

15 milhões de contos / -déficit previsto para 1975

A SUBMISSÃO de Paulo Sá... Orçamento Geral do Estado...

Orçamento de 15 milhões de contos... Orçamento Geral do Estado...

Disidentes do MES não vão para o PS

O GOVERNO... Disidentes do MES não vão para o PS...

Outro agrupamento político

UMA VEZ mais os camponeses... Outro agrupamento político...

Instalações escolares e professores: prioridades (sendo mais) urgentes no Ensino

Instalações escolares e professores: prioridades (sendo mais) urgentes no Ensino...

António de Spínola: O Saraiwa de Corvalho:

Estado que... Spínola seria afastado após o 28 de Setembro... António de Spínola: O Saraiwa de Corvalho...

Música Jazz Teatro

Música Jazz Teatro... Música Jazz Teatro...

Instalações escolares e professores: prioridades (sendo mais) urgentes no Ensino

Instalações escolares e professores: prioridades (sendo mais) urgentes no Ensino...

António de Spínola: O Saraiwa de Corvalho:

Estado que... Spínola seria afastado após o 28 de Setembro... António de Spínola: O Saraiwa de Corvalho...

Música Jazz Teatro

Música Jazz Teatro... Música Jazz Teatro...

Cimeira de Angola no Algarve (e talvez) no dia 10

UMA VEZ mais os camponeses... Cimeira de Angola no Algarve (e talvez) no dia 10...

Estabilidade pessoal

UMA VEZ mais os camponeses... Estabilidade pessoal...

Lei contra bandidos não exige mandato de captura

UMA VEZ mais os camponeses... Lei contra bandidos não exige mandato de captura...

Advertisement for Audemars Piguet watches, featuring a close-up of a watch face and the brand name.



## Galvão de Melo na RTP

INTERRÓMPENDO um afastamento de meses, o controverso general Galvão de Melo vai poder dar hoje uma entrevista na R. T. P. Para tanto foi já concedida a autorização da Junta de Salvação Nacional, segundo nos informos a "Portugália".

Prende-se essa entrevista com o caderno que vai ser publicado por aquela casa editora, que só tem lucrado nominalmente com a propaganda gratuita que tem desencadeado o astúcio de algumas das suas óbras.

No caderno de Galvão de Melo aparecem idéas verdaderamente originais como seja aquilo que o general chama e define "socialismo no Norte". Não explica, porém, o general se o "socialismo" do nacional socialismo que também ora da direção.

## "Operação nortada" com comandos

O CURSO de Comandos que agora terminou no Batalhão de Comandos II aproveitará a habitual semana de campo para promover na zona de Tris-os-Montes uma campanha de dinamização cultural, tal como o fez a EPAM, ao mesmo tempo que terminará a instrução militar dos seus instrutores.

"Comandos II" será acompanhado na campanha por técnicos da Secretaria de Estado da Agricultura e do Instituto do Vinho do Porto, bem como pelo grupo de teatro "A Comana" e do grupo de dança folclórica espanhola "La Quadra".

Na recolta dos locais houve o cuidado de manter um certo afastamento da zona fronteiriça. Do mesmo modo, as autoridades do país vizinho ficaram avisadas da operação baptizada de "Nortada". Dada a mudança de situação política operada em Portugal este novo curso de Comandos será já treinado, a exemplo do que acontece noutros países da Europa, para guerrilha urbana e suburbana, pelo que duma semana de campanha farão ainda parte exercícios de cerco a povoações. Nesta linha de trabalho, deslocou-se a Inglaterra um oficial da unidade onde trocou impressões com técnicos de treino de comandos. Em breve e com a mesma finalidade outros oficiais deslocar-se-ão a alguns países da Europa, nomeadamente à Bélgica. A presente campanha de dinamização cultural, que será acompanhada do treino final dos comandos, deverá prolongar-se durante cerca de dez dias, na provincia de Tris-os-Montes.

## A "Época" em Conselho de Ministros na próxima terça-feira

A QUESTÃO decorrente de extinção do Jornal "Época" deve ser incluída na agenda do Conselho de Ministros para o dia 7, informam círculos afectos ao Ministério da Comunicação Social, a propósito da situação criada às 3 centenas de funcionários e empregados da empresa, que deixaram de receber salários por exaustão do subsídio oficial.

Entraram as instalações da "Época" foram olhadas, encontrando-se inactivas as máquinas e o equipamento.

Quanto ao tipo de solução possível a encontrar em Conselho de Ministros, a mesma fonte adianta que devem ser analisadas de novo as propostas, já há meses apresentadas, pelas editoriais "República" e "Avante!" e pela Interministerial, às quais o Governo reagiu com a sugestão de ser procurada uma forma de entendimento comum que não parece ter sido encontrada pelas três entidades interessadas.

## Trabalhadores e migrantes entregaram doativo ao Governo

UMA COMISSÃO de Trabalhadores Emigrantes residentes na Alemanha Ocidental deslocaram-se ao Ministério do Trabalho onde entregaram um doativo de 40.012.500 destinado ao Governo Provisório. No acto de entrega referiu ter uma dádiva fruto de uma campanha de recolta de doativos simples efectuada junto dos seus compatriotas da provincia da Balsa-Saxónia, para testemunharem a apoio e confiança que depositam no Governo Provisório e no M.F.A.. Mostrou-se, igualmente empenhada na união de todos para a construção de um novo Portugal democrático onde detete de existir a exploração do homem pelo homem.

## Conferência dos Camponeses do Sul em Santarém

A POLÍTICA agrícola estará em debate na I Conferência dos Camponeses do Sul, convocada para amanhã, em Santarém, pelo Partido Comunista Português.

Os trabalhos desenvolverão nas instalações da Escola Industrial e Comercial daquela cidade e serão divididos por sete seções que se ocuparão, entre as 9 e as 18 horas, do estudo de problemas que interessam aos camponeses, médios e pequenos proprietários, assalariados e técnicos ligados aos meios rurais, cativeiro e outros trabalhadores afectos à terra nos distritos a sul do Mondego.

Os temas propostos para discussão, cujas conclusões, independentemente de reflectirem ou não a posição do PC, serão analisadas em conjunto no final da conferência, dirigem-se a problemas imediatos de política agrícola e compreendem propostas para a reestruturação do actual esquema fiscal e tributário, taxas, licenças, impostos, feros e arrendamento; produção e comercialização dos produtos da terra e da indústria com eles relacionados; segurança social, criação de ligas e cooperativas de pequenos e médios agricultores, actuação para defesa dos seus interesses e criação de sindicatos; organização de esquemas de apoio técnico e regime financeiro, entre outros.

Foi entretanto anunciada a realização da II Conferência dos Camponeses do Norte, que terá lugar dentro de algumas semanas.

## Iguais a nós próprios (ou os dois anos do EXPRESSO)

ANTES DO 25 DE ABRIL, dizia-se que o EXPRESSO não teria possibilidades de vida longa e que acabaria por ser suspenso ou que sucumbiria aos ataques da censura. Depois do 25 de Abril, dizia-se que o EXPRESSO não seria capaz de resistir ao novo regime de liberdade de informação e que pouco a pouco iria definhando até desaparecer completamente.

O EXPRESSO faz hoje dois anos. Não foi derrubado pelas violências e arbitrariedades do regime deposto e orgulha-se de ter sabido aproveitar de modo amplo e consciente a liberdade de expressão que lhe foi concedida pelos homens do M.F.A. Não morremos nem definhámos. Pelo contrário, a nossa tiragem tem subido (do número anterior, por exemplo, tirámos 94 000 exemplares) e, com ela, a publicidade que nos garante a autonomia económica (por sua vez, condição essencial da independência política que procuramos — e conseguimos — ter). Não sucumbimos nem desaparecemos. Pelo contrário, temos boas razões para acreditar que o nosso prestígio e a nossa influência tendem a aumentar, em Portugal como no estrangeiro.

Tivemos, é claro, dificuldades; muitas antes do 25 de Abril, algumas depois. Mas nunca pretendemos fazer um jornal fácil, para agradar a quem está no poder (ou perto dele). O nosso objectivo é fazer um jornal difícil, um jornal que todas as semanas obrigue quem o lê a pensar e a fazer opções, um jornal com poucos adjectivos e muitos verbos e substantivos. As dificuldades que vamos encontrando são, portanto, o preço da linha independente que seguimos. Estamos dispostos a continuar a pagá-lo, enquanto entendermos que a nossa missão é útil e que temos um mínimo de condições para a cumprir.

O aparecimento, no cabeçalho do jornal, a partir de hoje, dos nomes dos novos subdirectores do EXPRESSO é prova da nossa determinação de não afastarmos nem um milímetro do rumo de jornalismo exigente que esteve na origem do aparecimento do EXPRESSO e que constitui razão de ser da sua continuação; Augusto de Carvalho e Marcelo Rebelo de Sousa fazem e vivem o jornal desde a primeira hora e a sua entrada formal para a Direcção, para além de regularizar uma situação já vigente, vem realçar o facto de nesta casa se trabalhar em equipa, a todos os níveis. Da capacidade dos grafistas (repara-se na qualidade da tarja que, semanalmente, aparece no canto superior direito da primeira página) ao conteúdo redactorial, da eficiência do departamento de publicidade à meticulosidade esgotante dos serviços administrativos, contabilísticos e de secretariado, o EXPRESSO é, uma obra comum.

Dai a nossa coerência. Dai o não termos sido obrigados a alterar fosse o que fosse da nossa conduta jornalística depois do 25 de Abril (e quantos, dentro e fora dos jornais, poderão dizer o mesmo com tanto à vontade?)

Dai também, dois anos decorridos o podermos assegurar, a nós próprios e aos que precisam do EXPRESSO para estarem informados, que continuaremos como até aqui: iguais a nós próprios.

*Oliveira, César*

# A actualidade da revolução socialista e os obstáculos previsíveis

César Oliveira

"O marxismo obriga-nos a ter em conta o mais exacto e objectivamente possível as relações de classe e as particularidades concretas de cada momento da história. Nós, bolcheviques, temos-nos sempre esforçado por permanecer fiéis a esta regra absolutamente indispensável em ordem a uma política fundamentada cientificamente."

Lénine. "Cartas sobre tática", Abril de 1917

1. Faz hoje quinze dias publicou neste semanário um artigo sobre a transição para o socialismo nas actuaes condições concretas da sociedade portuguesa. Sem prejuizo de retomar os temas fundamentais tratados neste artigo em ordem ao seu aprofundamento e discussão pública parece particularmente importante tentar desorientar, no panorama político português, as eventuaes obstáculos à revolução socialista em Portugal.

2. Se bem que no artigo anterior não tivesse ficado claramente explicitado o facto é que a fase de transição para o socialismo significa, no concreto exacto da sociedade portuguesa actual, o acelerar da criação de condições para a destruição do capitalismo.

A revolução socialista é um processo que se gera na própria sociedade classista e será tanto mais acelerado, tanto mais desenvolvido quanto melhores forem as condições objectivas (desenvolvimento das forças produtivas e períodos de crise da dominação económica e política e ideológica do bloco social dominante) e subjectivas (consciência de classe, organização e perspectivas revolucionárias do proletariado e seus aliados).

Pensar que a fase de transição para o socialismo definida quer como aprofundamento da crise de dominação da burguesia capitalista — o que implica o progressivo empobrecimento do poder económico das classes possidentes e impedir a sua recuperação política nos centros de poder e no aparelho do estado — quer como condição para a criação de contrapoderes populares entendidos como instrumentos organizativos de um movimento de massas anti-capitalista e alternativo à burguesia, não constitui o objectivo político fundamental da actual fase da luta de classes em Portugal acaba por ser uma posição que reduziria objectivamente, na criação de condições para a viabilidade efectiva de soluções autoritárias com fachada democrática ou até, se estas não forem suficientes, para soluções neo-fascistas.

3. Quer se queira quer não se as aspirações irrealistas e utópicas são normalmente resultado de intellectuaes frutados por não saberem ser revolucionários comêquentes sem a uniidade das forças políticas de esquerda que lutam pelo socialismo e sem a clara e correcta definição da luta, capacidade de desvio a um qualquer movimento de massas anti-capitalista, cada vez mais se tornará impossível o acelerar da formação de condições para a tomada do poder pelos trabalhadores.

É óbvio que não pode haver movimento de massas sem objectivos de luta, e estes, são naturalmente correspondentes quer às necessidades concretas das populações trabalhadoras quer à exigência, no processo revolucionário português,

do enfraquecimento da burguesia capitalista. Os trabalhadores não poderão pagar a crise da exploração capitalista em Portugal mas para isto torna-se imperioso definir, de modo claramente perceptível pelas massas exploradas, os objectivos de uma política antimonopolista consequente que faça avançar medidas concretas anti-capitalistas contra a burguesia; torna-se imperioso operar reformas imediatas nos sectores mais directamente ligados às condições de vida e trabalho dos trabalhadores, ou seja na saúde, na habitação, no urbanismo, nos transportes, na segurança social, no controle operário nas empresas, etc., etc.

Todos os movimentos de massas se estruturam em ordem à conquista de alguma coisa de positivo à burguesia e por conseguinte essa conquista realiza-se na presença dos próprios instrumentos organizativos do movimento de massas, da capacidade de opposição e resistência da burguesia e da natureza do poder político. Por isso um movimento de massas anti-capitalista não pode dotar-se de objectivos utópicos ou vazios de conteúdo ou situados além dos limites consentidos pela correlação de forças num dado momento concreto; isto é os objectivos da luta não poderão definir-se para além da capacidade de luta permitida pela organização do próprio movimento de massas e pela consciência de classe e para além da correlação de forças de classe.

A unidade das forças de esquerda é por outro lado indispensável quer para impedir a recuperação do poder político pela burguesia (manejando e agravando assim a sua crise de dominação política aberta pelo 25 de Abril reforçada pelo 25 de Setembro) quer para permitir o avanço do movimento de massas e por equibridade dos seus objectivos quer ainda para permitir a transformação progressiva do aparelho de estado burguês pela articulação de uma des-centralização administrativa eficiente com os contrapoderes populares gerados pelo próprio movimento de massas.

O lucro da desunidade das forças de esquerda com implantação real nas massas populares (proletariado, trabalhadores de serviços e pequena burguesia) ou permitirá a reconvenção do capitalismo (CDS e PSD), necessariamente apoiada num regime autoritário de fachada democrática ou abre passo a aventuras militaristas de esquerda sem um projecto revolucionário consequente um projecto revolucionário consequente medir-se pois pela correcta avaliação das forças de classe existentes neste momento em Portugal, pelo adequado aproveitamento da crise económica da exploração capitalista, pelo aproveitamento máximo das contradições no poder político e nos aparelhos de estado, pela definição de objectivos tá-

lizes que possam fortalecer e não desmobilizar e enfraquecer) a posição de classe dos trabalhadores portugueses face à burguesia capitalista.

Tem um projecto revolucionário, fundado numa teoria revolucionária imbricada nas realidades concretas da sociedade portuguesa e nas formações políticas capazes de o levar em diante, a evolução da crise global da sociedade portuguesa conduzir ao retardar do processo da revolução socialista.

4. A revolução socialista, entendida como um processo concreto com fases, objectivos táticos definidos, alianças sociais necessárias e compromissos políticos entre forças políticas da esquerda não social-democrata) a concretizar tem, em Portugal, uma extrema actualidade.

A revolução socialista é actual porque:

a) a sociedade portuguesa saiu simultaneamente do fascismo e do colonialismo num momento em que a crise da dependente e subalterna burguesia portuguesa se agravava no contexto da crise mundial do capitalismo; A democracia burguesa não pode satisfazer com as exigências de estabilidade do bloco social dominante nem boa parte das reivindicações populares.

b) Há em Portugal um MFA, vanguarda organizada das FA, que tem sabido encontrar, superando as suas próprias contradições internas, soluções progressistas para a crise política da dominação burguesa. As FA não são em Portugal, nem serão a curto e médio prazo, o braço armado da burguesia e o instrumento principal do aparelho de estado da burguesia; o MFA, centro decisivo do poder político, é, como por mais de uma vez se prova, uma realidade aberta a soluções políticas de claro sentido socialista. Em nenhum momento da história recente houve FF.AA. Como as que existem em Portugal e em clara comunhão de esforços com as forças de esquerda mais significativas, iver Alain Luce in Politique Hebdo da semana de 14/21 Dez.

c) Há uma desorganização relativa das forças de direita onde apenas o CDS tem tido actividade assinalável. O PPD logo que se

comprova claramente com tentativas ou soluções directistas perder, necessariamente, a força que tem graças aos últimos meses. De resto a sua potencial importância política só cabe em soluções, mais ou menos deflacionas nos quadros da democracia burguesa.

d) São claramente hegemónicas as forças políticas de esquerda, quer no quadro das forças políticas, quer no aparelho de estado, nos meios de comunicação, nos diversos aparelhos ideológicos.

e) A desmobilização rápida (resposta magnificamente concretizada pelo MFA e pela capacidade dos movimentos de libertação a todos os guardiões, da pureza revolucionária) foi um empate de capital decisivo no sentido de conquistar apoio internacional fora do círculo fechado e envolvente das dependências habituais do nosso país, podendo pois fornecer uma boa base para subtrair Portugal ao jogo dos grandes blocos mundiais.

f) Há possibilidades de construir, pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas e pela possível hegemonia dos trabalhadores assalariados sobre a pequena burguesia, um projecto revolucionário adequado às condições concretas da realidade portuguesa e que, necessariamente, não caberá em nenhum dos modelos revolucionários que se verificam nos dias hoje.

A crise global da dominação burguesa colocou as forças de esquerda e nomeadamente aquelas que estão desorganizadas com transições mecânicas ou com estratégias internacionais ou com cópias simplistas de modelos e no geral a todos os revolucionários um dilema real: ou se permite a regeneração da burguesia da sua própria crise económica e política implicando soluções autoritárias ou fascistas ou se avança um projecto revolucionário consistente que acelere simultaneamente o enfraquecimento socio-político do bloco social dominante e as condições para a tomada do poder pelos trabalhadores e a construção do socialismo.

Para ser possível o segundo termo desta alternativa é imperioso remover, tão rapidamente quanto possível, do horizonte político português quatro obstáculos: as

instâncias neo-anarcosindicalistas, o "golpismo" reformista de esquerda, a desorientação económica e ideológica da pequena burguesia, e desemprego e situações de miséria generalizados da população assalariada.

5. O neo-anarcosindicalismo não tendo as virtudes que aquele que, organizado até 1926 em torno da CGT, chegou a possuir entre nós tem todavia os vícios, os preconceitos do anarcosindicalismo histórico agravados no contexto do presente.

O neo-anarcosindicalismo que muitas vezes nos surge disfardado, em vezes que, no plano teórico, nada têm a ver com ele está instalado sobretudo na prática política de algumas organizações da esquerda não-reformista e tem-se sobretudo manifestado em algumas lutas não interidas numa perspectiva política global e numa tática política de alianças altamente oscilante, imediata, sem objectivos táticos definidos e sem uma perspectiva estratégica adequada à sociedade portuguesa.

Evada de obreirismo esta posição pretende-se constituir como capaz de proporcionar uma alternativa global à sociedade capitalista bastando, para o seu advento, uma luta de massas centrada na insistência económica — ou o seu economicismo directista — susceptível de criar contrapoderes populares (a partir dos locais de trabalho e habitação).

Recusando-se a questão do poder político e do domínio do aparelho de estado tal posição permanece num continuado sentido obrerista país, no seu horizonte, está a perspectiva de que um poderoso movimento de massas e miturado por contrapoderes recíprocos, de um momento para o outro, o poder quando a crise de dominação da burguesia tiver atingido o seu limite e saturação. A luta de massas acaba por se confundir com a acção directa do anarcosindicalismo histórico e traduz o aflorescer directo e permanente do patronato e do poder político que é sempre identificado ao poder económico, mesmo que, como é caso agora em Portugal, tal identificação seja apenas muito parcial.

Este neo-anarcosindicalismo, obrerista e economicista, repousa no fundo numa visão parcelar do

processo revolucionário pois que para ele não é nunca possível instrumentalizar o poder político à luta de massas, aproveitar, em ordem a uma linha proletária, as contradições no aparelho de estado, propor objectivos tácticos, conquistar posições políticas irreversíveis. A luta de massas, para esta posição, faz-se fundamentalmente no terreno da luta económica e a revolução, incapaz de definir objectivos de luta com um conteúdo concreto e executável pelo seu homem à luta na instância político-ideológica, reduzida na sectorização e parcelização das lutas, na recusa em fazer repercutir no poder político e no aparelho de estado a dinâmica do próprio movimento de massas. No fundo é a luta de massas pela luta de massas, a crise pela crise, a incapacidade de articular a luta económica com a luta política e com a luta social, a incapacidade de inserir o movimento de massas auto-capitalista num projecto revolucionário alternativo à dominação burguesa e ao reformismo e que passa, a cada momento e fase da luta de classes, fazer um sistema político de que resulta um correcto aproveitamento das potencialidades políticas gólbis do actual momento político português.

O neo-anarcosindicalismo conduzir-se-á assim, inexoravelmente, ao desagregação das potencialidades reais do movimento revolucionário das massas trabalhadoras (por incapacidade de propor objectivos concretos e etapas tácticas) ou na muleta esquerdista do "golpismo" reformista de esquerda.

O neo-anarcosindicalismo aproxima-se por outro lado, pelas razões atrás expostas, da táctica esquerdista pois parte de uma leitura falsa e truncada da realidade actual da sociedade portuguesa e da correlação das forças de classe em luta. Se o sistema do conjunto de relações de produção produzidas pelo capitalismo se mantém e o poder político é sua expressão, e os seus detentores são também a expressão do domínio burguês e, portanto, devem ser combatidos como inimigos de classe; nada, portanto havendo a fazer na instância política e no aparelho de estado. Para o neo-anarcosindicalismo o poder político nunca é autossuficiente do poder

económico e nunca é passível de crises susceptíveis de agravar pela sua correcta exploração, a crise de dominação da burguesia. No fundo a expressão esquerdista, ao nível do político, assumida pelo neo-anarcosindicalismo em Portugal reflecte o economicismo de que pretende revestir a luta de massas e é uma táctica de resistência que não comporta a ofensiva global, adequada e revolucionária, à desigualdade da sociedade capitalista. Para o neo-anarcosindicalismo a revolução socialista não tem etapas, estádios, objectivos intermédios mobilizadores do movimento de massas e alianças políticas consequentes pelo o poder conquistado à burguesia de uma vez por todas, quando os "contradictores" criados apenas no papel na cabeça de intelectuais, que transportam mecanicamente a luta à universalidade para a luta na sociedade capitalista em geral riamos, como coisa fatal e acto único, a inevitabilidade da irradiação do poder político da vanguarda.

Como economicismo directista, o neo-anarcosindicalismo, é um facilismo fundado numa teoria especulativa da tomada do poder. No entanto o espontaneísmo e o lassismo actuais de que também se veste o neo-anarcosindicalismo é susceptível de atrair grande parte dos pequenos burgueses que, inopetentes para se suplantarem nas massas para proporem objectivos claros, realistas e executáveis capazes de gerar um movimento de massas que se supere após cada momento de luta, tendem sempre a práticas organizativas estatísticas pois também eles são os verdadeiros donos da pureza revolucionária e dos segredos da luta de massas e os apêndices parasitários do condão da sua sobrevivência.

O neo-anarcosindicalismo pode ser pois um factor negativo para a revolução socialista caso venha a ligar certos sectores operários e sindicais a quem o reformismo nada tem oferecido.

É o "golpismo" reformista de esquerda nasce de um duplo constatação; por um lado da impossibilidade da democracia burguesa o que implica o abandono dos projectos gradualistas de democracia avançada nos quadros

da legalidade burguesa; por outro da eventual vitória eleitoral das sociais democracias que, com o apoio da Europa Setentrional, poderia levar a uma gestão avançada do capitalismo que, no entanto, exclua a democracia avançada dada a debilidade da burguesia nacional.

O "golpismo" reformista de esquerda aliaado à muleta ou ao apoio das forças sociais democráticas, que os últimos níveis da guerra peruana como solução política para a crise em Portugal em que o "militarismo" seria mitigado pelo domínio no aparelho de estado do reformismo civil.

O capitalismo de estado que saíria, como solução necessária, do golpismo reformista de esquerda sustentaria um modelo pseudo-socialista burocratizado onde as massas populares teriam um papel altamente secundário e seriam inexoravelmente submetidas ao reforço e centralização do aparelho de estado.

Os eventuais apelos que o golpismo reformista de esquerda poderá encontrar em outros sectores do MFA necessitam porém, para se tornarem politicamente viáveis quer de motivações políticas à direita (está criada) quer de uma muleta de feição esquerdista, mas desmunição, que, garantindo uma e outra, o leque político conveniente seriam progressivamente manipuladas até à sua decapitação final.

A perspectiva de um poder revolucionário, fase final de uma via portuguesa para o socialismo, que desse corpo a uma verdadeira democracia operária capaz de construir a sociedade sem classes do comunismo está portanto condenada a ser positivo o triunfo do golpismo reformista de esquerda. O monolitismo, a estalinização burocrática de todas as actividades, a destruição da capacidade criadora do proletariado e das massas populares seriam pois as notas dominantes do capitalismo de estado de fachada socialista que a vitória do golpismo reformista de esquerda acrescentaria.

Só a unidade de todas as forças de esquerda que lutam pelo socialismo pode criar uma alternativa simultânea às soluções autoritárias de direita com fachada democrática e ao capitalismo de estado com fachada socialista. Só a unidade revolucionária da ci-

querda pode gerar um projecto politico que, agravando a crise de dominação da burguesia capitalista em Portugal, aproveite o leito de contradições em aberto no sentido de uma solução global de acordo com a actual correlação de forças mas que institucionalize e dinamize um movimento de massas anti-capitalista e anti-burguesia a um tempo económico, social, politico e ideológico. Mas a unidade revolucionária da esquerda são social-democrata enquanto o acesso e o compromisso rigoroso quanto a medidas imediatas e concretas em claro favor dos trabalhadores, quanto ao eventual adiamento das eleições — que só assim ganharia significado, quanto à fórmula politica a consolidar. A unidade revolucionária da esquerda é por outro lado a garantia da unidade entre as massas populares e o MFA, mas unidade em movimento, ou seja unidade para a construção do socialismo.

A unidade da esquerda seria também, se atender à correção de forças a garantia da coesão do MFA onde, ao que parece, poderão existir outras alternativas para além das tentações "pernianas" ou da democracia formal.

A actualidade da revolução socialista exige assim o afastamento da possibilidade do golpismo reformista de esquerda.

7. O agravar da crise económica reforçada pela recusa do capital financeiro em apoiar a precariedade e transitoriedade do actual poder politico, a alta do custo de vida, o processo de inflação galopante, a previsível dependência financeira, a muito curto prazo, do imperialismo, e o desemprego de milhares de trabalhadores podem criar toda uma situação de crise económica e politica cujo grau de agravamento, na ausência de um projecto revolucionário em marcha e claramente explicitado às massas trabalhadoras, será susceptível de tornar viável o triunfo de soluções messiánicas, fundadas em honores presidenciais. No general Spínola, está na reserva da república esperando uma hora que poderá chegar.

O desemprego maciço, o agravamento das condições de vida, a pauperização das camadas populares, a desorientação da pe-

quena burguesia que não se vê apoiada nem pelo grande capital nem por um projecto revolucionário do proletariado que dê um destino à sua pérfida crise, são factores que sempre conduziram, nas sociedades contemporâneas, a soluções políticas fascizantes. Esta possibilidade em Portugal será tanto mais real quanto menores forem as possibilidades, quer da democracia burguesa quer da unidade da esquerda consentida por um projecto revolucionário. No primeiro caso porque a estabilidade politica das classes dominantes exigirá uma solução pró-fascista dado que nem o FPD nem o CDS seriam governos viáveis. No segundo caso porque a ausência de um projecto revolucionário que unifique a esquerda por intermédio de objectivos tácticos realizáveis e claramente definidos fará perder "actualidade" à revolução socialista e, assim, facilitará as manobras da extrema direita que poderão sempre utilizar o aparelho politico do CDS e os militares reacçãoários não-saneados.

Historicamente a Itália de 22, a Alemanha de 33, Portugal de 1926/30, o Brasil recente, a Espanha de Primo de Rivera, a Grécia de 67, são exemplos típicos onde uma situação de miséria generalizada e de desemprego, com uma pequena burguesia importante politicamente e desorientada produziu soluções fascistas. Esta solução não revisitará, originariamente, tal forma em Portugal mas conterá, necessariamente, o carisma de um salvador da pátria, a providencialidade de um qualquer messianismo que andará muito perto do fascismo. De resto, o fascismo, produto típico da pequena burguesia, começou sempre pelo ataque formal ao capital e acabou sempre por se transformar na ditadura terrorista do grande capital sobre os trabalhadores. Com fome, sem consciência de classe, desempregado, sem um projecto revolucionário que corresponda exactamente as suas aspirações concretas, os trabalhadores assalariados portugueses poderão ser, a curto prazo, hegemonzados por soluções políticas típicas da pequena burguesia desesperada e com rápido penhor fascista.



# Sabotagem económica: um depoimento

O DOCUMENTO que o EXPRESSO publica abre um "dossier" de particular actualidade: o "dossier" — sabotagem económica.

Trata-se de um tema que tem estado na ordem do dia nos últimos dois meses e merece um tratamento desenvolvido através de múltiplos enfoques políticos e técnicos.

Os autores do depoimento que agora publicamos não são dois desconhecidos. Bem pelo contrário. Um e outro são economistas de relevo. Mas, além dessa qualificação técnica, há uma outra dimensão política, sem dúvida bem mais importante.

Alfredo de Sousa é presentemente o Director do Gabinete de Estudos do Partido Popular Democrático. Eusébio Ferreira é, por seu turno, destacado responsável no sector equivalente do Partido Socialista.

Ambos fizeram parte, em representação dos respectivos Partidos, da delegação portuguesa à Assembleia dos Parlamentares da NATO, realizada em Londres há cerca de dois meses.

Nessa ocasião coube-lhes a exposição e análise da situação económica portuguesa bem como de diversas questões internacionais.

Embora não retrate senão a posição pessoal dos seus autores (não vinculando os Partidos em que se integram) o presente documento ganha particular relevo pelo facto de ser subscrito por individualidades com posição destacada no quadro partidário português.

Relevo acrescido pelo facto de ser pouco usual, entre nós, a elaboração de depoimentos conjuntos de elementos com diverso alinhamento partidário.

## 1. Dificuldades e problemas

As dificuldades e problemas da nossa economia são reais e são graves. De nada serve negá-los ou escamoteá-los.

1. 1. Simplesmente é também necessário reconhecer que com os seus 25 de Abril haveria problemas e dificuldades.

A contração dos mercados externos e as conseqüentes dificuldades de exportação ocorreriam. Em nada contribuiriam para o enriquecimento dos combustíveis e das matérias-primas. O aumento das taxas de juro no mercado financeiro internacional não poderia ser impedido por nós. A emigração teria diminuído, etc.

Deste modo, assistiríamos ao agravamento do défice da nossa balança comercial e ao aparecimento de um défice na nossa balança de pagamentos, com a conseqüente contração dos recursos do sistema bancário e do crédito. A inflação teria sido possivelmente um pouco mais elevada porque a pausa, entre Maio e Agosto não se teria verificado, pelo menos tão acentuadamente. O investimento teria talvez desacelerado logo que se manifestassem a contração interna do crédito e a retração dos mercados externos. Esta desaceleração e a queda da emigração teriam feito aparecer algum desemprego. E aumentos de salários ter-se-iam verificado, embora não tão generalizados, mas principalmente em sectores já privilegiados.

1. 2. Realisticamente também deve reconhecer-se que algumas dificuldades actuais apresentam maior acuidade ou especificidade pela ocorrência do 25 de Abril.

Tem havido acréscimo de desemprego em virtude da desmobilização (aspecto negativo temporário de um fecho acidental) e do regresso de alguns residentes em África.

As altas generalizadas de salários, que se verificaram após o período anterior de compressão, abalaram as estruturas de muitas empresas frágeis ou menos preparadas em face de cartiras de encomendas colocadas ou aceites a determinados preços e custos. Além as dificuldades de algumas empresas não são sanáveis por injeções de crédito, mas por capitais novos ou por subsídios que permitam a sua reestruturação.

Por seu turno, o investimento (incluindo as amortizações) tendeu a desacelerar ainda mais ou mesmo a diminuir, por três motivos que se acumularam: retração do crédito, algumas vezes diminuição da procura, e, em geral, como resultante de um clima de expectativa e incerteza perante a nova orientação da política

económica do governo — que se espera vir a ser aclarada pelo Plano de Transição —, perante a confusão reinante em várias administrações públicas e perante as declarações pouco animadoras — para não dizer ameaçadoras — para a iniciativa privada que se têm ouvido.

O próprio investimento público desacelerou e as metas fixadas não foram atingidas. Ao mesmo tempo, sem diminuição de um modo geral a produtividade nos serviços públicos e para-públicos, onde as hierarquias tremem ao sabor de acusações lançadas mas nem sempre provadas, e onde se legitimiza o assalto aos lugares de comando do aparelho de Estado, com a permanente evocação do "saneamento incompleto".

As dificuldades de crédito agravaram-se porque a mesma reacção de expectativa ou de incerteza apontou-se de um bom número de portugueses (residentes ou não) e não apenas de emigrantes. Tem havido mais levantamentos do que depósitos no conjunto das contas bancárias dos particulares. Formam-se reservas de precaução em dinheiro líquido, e um grande número de ordenados são levantados integralmente no princípio do mês. Em certos casos, pessoas mais "timoratas" procuram converter o seu dinheiro em valores "seguros" que não se desvalorizem: ouro, jóias, etc. E este o comportamento típico, encontrado na História, dos grupos sociais ou étnicos (p. e. judeus) quando se sentem real ou potencialmente ameaçados.

1. 3. Todos estes factores se interligam e actuam negativamente sobre o investimento e sobre o emprego, criando uma situação tensa e aquilãozadora de iniciativas necessárias a um novo arranque que, nos contextos internacional e nacional actuais, não deixará de ser duro.

Mas para que este esforço surta e se imprecindir, como já o disse o Governo, clarificar a situação e aumentar a confiança interna e externa.

Quem é sensível ao nosso contexto geo-político real e tem todo o cuidado de tentar captar a compreensão dos outros e esclarecer a nossa situação, teve igualmente o cuidado de verificar a boa-vontade mas também as relações no estrangeiro.

## 2. A orquestra da

### "sabotagem económica"

2. 1. Sendo assim, não serve os interesses do país a orquestração que alguns querem permanentemente em torno da "sabotagem económica", coccoada unanimesmente por uma boa parte da imprensa, da rádio e da TV, partidariamente dominada.

Será conveniente fazer surgir um clima de denúncia, de "caça às bruxas", de assalto a lugares? Que resultados provocar?

É preciso ter a coragem de dizer que não serve o povo português a instituição de um clima de modo, de "terroresmo ideológico" e de desanimo, e o surgimento de oportunidades carreiristas.

A vigilância democrática — e há "democratas" que esquecem a existência de tribunais que devem ser independentes — é uma coisa, a qual deve servir para evitar a existência de qualquer espécie de atropelos, apontá-los seriamente para que tenham o respectivo julgamento e, se provados, a correspondente punição. Outra coisa, completamente diferente, é a "caça às bruxas", a produção e afirmação de acusações como se de culpa confessada se tratasse, com grande publicidade (com "efeitos pedagógicos") que se afirma apoiada num poder que alguns dizem estar legitimado em tudo o que fizer — portanto, um poder absoluto.

Tudo isto tende a criar um clima de receio e a minar até a confiança na magistratura, na medida em que se possa temer que ela própria esteja atemorizada com o seu saneamento que certas vezes reclamam. Os protestos, na maioria dos casos, ficam no intimo ferido quando se sente que a liberdade de expressão se tornou outra vez unilateral com uma viragem a 180 graus.

Em que clima social e político queremos viver? Paradoxalmente não lembram alguns factos mais ofensivos as mesmas técnicas dos inícios de certas ditaduras das mais violentas que a Europa sofreu, agora, precisamente agora, em que queremos construir a democracia em Portugal? É bom não esquecer a lição de passado recente — que o poder absoluto corrompe absolutamente, e que o modo subjuga mas não convence nem muito menos estimula.

2. 2. Mas será esta uma situação apenas paradoxal, apenas de momento, de confusão, de in-

determinação do sistema? É de recar, é de temer que a resposta possa vir a ser negativa. É de suspeitar que certas forças políticas, pretendem montar uma estratégia, com cinco objectivos — denunciáveis — a atingir:

— O primeiro é o de encontrar culpados, bodes expiatórios, para a crise económica que inevitavelmente nos atingiria; genericamente: o capitalista e o latifundiário, em suma, o potencial "sabotador económico" por excelência. Nessa estratégia é muito importante encontrar uma categoria de "bodes expiatórios", independentemente de detectar verdadeiros casos de culpabilidade e de atropelos, entregues ao poder judicial. Erigir uma categoria ou uma classe em culpados pode, em alguns casos, criar nas comunidades económicas e financeiras internacionais um receio por vezes palpável de se associarem a investidores portugueses.

— O segundo, tentando fazer pairar a ameaça do "saneamento ininterrupto", com processos confidenciais, pode gerar-se nas administrações públicas e privadas um clima de submissão mais ou menos claro às directivas e pressões das "massas" ou dos seus activistas organizados. Muitas pessoas serão levadas, por esse mesmo temor de exorbitância do processo legal, a colaborar em acções que repudiam. Apavoram-se à ideia do seu nome ser lido num comunicado da rádio ou da imprensa. E sabem que ninguém lhes vale; da acusação que lhes seja dirigida, mesmo que não provada e não julgada, dificilmente serão completamente liberdos; será mancha que perdurará. Nasce paulatinamente daqui uma atitude de servilismo ou pelo menos de conformismo de todos os que querem conservar os seus lugares. Por isso alguns grupos possuemem a campanha: faça-se o saneamento! o saneamento está incompleto! há este e aquele a abater! prossigam-se as denúncias! saiam leis mais "rigorosas".

— Em terceiro lugar, vai-se procedendo com firmeza à conquista do controle e infiltração no aparelho de Estado. Por homens competentes? Muitas vezes. Mas muitas outras também por partidários incondicionais que se precisam travar, se for necessário acérrimos, infelizmente sem sempre com a intenção que se requereria. O caso do assalto às autarquias locais, de forma abusiva, é sintomático.

— Em quarto lugar, não se podendo reformas profundas que são de fundo e — extremamente importante — tenta-se criar situações irreversíveis antes das eleições, as quais, qualquer que seja a votação, não poderão reverter-se ou terão mesmo que acentuar-se a fim de se evitarem novas roturas, tempos mortos ou impasses. Pretendem alguns que parte da estrutura e da orientação do país fique determinada, para além do programa do M.F.A., antes do povo português se poder pronunciar sobre ela. E o curioso é que se pode enaltecer a eficiência, em nome da eficácia ou sob outros pretextos... a fim de se ser "acceda" com a "adesão" aos princípios democráticos. Mas não é só aqui que há linguagem e acção duplas; outra, flagrante, é quando certa esquerda domina certa parte da imprensa e exteriormente se acusa esta de ser dominada pelos "capitalistas", fazendo uma voluntária confusão entre o que é a situação de facto e a situação (teórica e sem efeito) jurídica; a modificação de fundo faz-se de facto e num determinado sentido.

— Em quinto lugar, com estas campanhas orquestradas podem gerar-se realmente condições psicológicas que tendem a desanimar os investimentos e consequentemente a favorecer o desemprego. Contra os esforços do Governo, essas campanhas podem contrariar — pelo temor das responsabilidades, pela incerteza de novas ofensivas, pela falta de apoio, pela insegurança das condições — as iniciativas que requerem uma firme orientação e o cálculo

seguro. Muitas poupanças não ocorrem aos bancos para formar recursos investíveis, porque não confiam ou temem procedimentos não normais (bloqueamentos arbitrários e não legais, de contas, espionagem da vida privada, etc.); aquisições de casas que não se fazem porque as acusações ("os senhorios ágeas é que vão ficar sem nada") por irracionais que sejam (em o seu efeito. As pequenas iniciativas paralizam-se; quem quer ser patrão?... nacionaliza-se tudo, afirmava há semanas um alto funcionário falando a um grupo de pessoas com numerosos pequenos comerciantes. Variadas acções de produção ou de exportação que careciam de apoio externo (contra-agentes bancários ou outros) não puderam realizar-se por retração desses apoios externos. Pode formar-se assim um clima de expectativa sem mesmo de desanimo, numa altura em que o máximo de energia e de trabalho de todos seria pouco, em que, como o reconhecem com realismo os nossos governantes, o esforço da iniciativa privada é imprescindível, nomeadamente na área não reservada à acção directa do Estado.

2. 3. Tudo isto, sobretudo a pressa e a intensidade que se tem procurado imprimir a estas campanhas e a certas circuitagens, parece, portanto, obedecer a uma estratégia de fundo: impossibilitada a hipótese de não haver eleições gerais procuram aditâ-las o mais possível sob os mais diversos pretextos. Em qualquer hipótese, tentando criar, antecipadamente ao voto popular, condições irreversíveis, mantendo uma confusão permanente e positada entre o que se propõe ao voto democrático dos cidadãos e o que se temple desde já.

Depois, qualquer que seja a formação política ou a coligação que pretender governar não o poderá fazer sem aquela que ocupar os lugares-chave na Administração, no aparelho do Estado, e nas autarquias locais, que

se tiver infiltrado nas empresas e nos organismos especializados, que controlar os meios de comunicação social e que domine os sindicatos, as escolas, associações várias, etc. Então, para governar de facto será pouco relevante ganhar ou perder eleições. Bastará dominar e controlar tudo ou quase tudo aquilo que torna possível governar ou desgovernar.

Qual será o fim, a evolução dos eventuais futuros e sucessivos impasses governamentais? Acordo com quem comanda mas não foi suficientemente eleito? Tentativa de namoro e de acordo destes com outras forças cansadas do possivelmente ineficaz jogo "parlamentar-burguês" — como então se chamará?

É difícil de prever o que vai acontecer quando há a tentativa de "mistagem" da construção da estrutura democrática perante um povo que balbucia sem trecho os seus primeiros passos para a democracia. Mas uma coisa é certa: os nossos esforços para reconstruir a jovem democracia portuguesa poderão, sem desvirtuados e virmos a cair na situação menos democrática que a posição geo-política nos consentir ter.

Supomos que é salutar — e que nos assiste o direito de — expor honestamente e com coragem as

nossas preocupações, e apelar para todos no sentido de olhar com realismo as exigências e o interesse da reconstrução nacional.

Estamos convencidos de que o povo português, chamado a pronunciar-se, escolherá o caminho eficaz para uma sociedade mais justa, mais igualitária e em liberdade. Pessoalmente, em linhas partidárias diferentes, esperamos que os eleitores venham a escolher a via de socialismo democrático, como a mais conveniente para formar um país novo. De qualquer modo, as formações políticas têm o direito e o dever de propor a via e a forma que acharem mais convenientes, mas ninguém tem o direito de impor uma fórmula.

As Forças Armadas com o 25 de Abril ofereceram aos portugueses a ocasião talvez única nestes anos próximos de construir um Portugal democrático. Não podemos perder, por inércia ou por medo, esta oportunidade histórica. Não lutar por uma transformação democrática, pacífica e honesta de Portugal constituiria certamente uma tração ao verdadeiro espírito do 25 de Abril, ao qual aderiu em massa o povo português.

Alfredo de Sousa

Eurico Ferreira

SPINOLA, António de  
Sousa, Marechal Rebelo de

Expresso

75-01-04

17-18

Entrevista de Spínola ao EXPRESSO:

**“SE O POVO OPTAR POR UM  
SOCIALISMO DEMOCRÁTICO  
TEREMOS UM PORTUGAL  
RENOVADO E LIVRE”**



ROMPENDO um silêncio de três meses quase exactos, o general António de Spínola aceitou, finalmente, a responder a uma entrevista do EXPRESSO.

Em Massamá, perto de Queluz, onde continua a receber figuras gradas dos meios militares e civis.

Desde 30 de Setembro que se escudava por detrás da sua posição de oficial no activo para não depor, em caso algum, sobre matérias de natureza necessariamente política.

Agora que passou à reserva, considerou preenchidas as condições necessárias para quebrar um já considerável período de afastamento da vida pública.

Não é necessário apresentar António de Spínola. Apoiado e elogiado por alguns e também atacado e criticado por outros, o general Spínola, por uma razão ou por outra, tem merecido a atenção de todos os portugueses. Não é daquelas figuras que deixem as pessoas indiferentes. Antes as polariza ao nível da admiração, do ódio, da adesão ou da repulsa. Isso mesmo é facilitado pelo seu estilo impulsivo (será mesmo brusco?), de oficial de Cavalaria, de Comandante militar que prefere a dureza frontal ao tacto diplomático.

O entrevistador não o conhecia pessoalmente. Mas conhecia-o politicamente. Sobre ele tinha escrito a sua opinião — a que não retira uma vírgula — em sucessivas crónicas publicadas no EXPRESSO, a concluir pelo balanço político do ano de 1974.

A sua função não era, porém — desta feita — a de comentar o pensamento ou a pessoa do general. Antes era a de o ouvir.

Aqui ficam as suas palavras. Palavras, aliás, a merecerem uma análise atenta e crítica, que não nos dispensaremos de fazer em tempo oportuno. Para já ouçamos o depoimento do ex-Presidente da República Portuguesa. 31.12.1974.

M. R. S.

**"Deparou-se-me  
uma nova corrente  
interpretativa  
dos princípios  
inspiradores  
do Movimento"**

Entrevista  
conduzida  
por  
Marcelo  
Rebello de Sousa

**EXPRESSO** — A renúncia do general António de Spínola à Presidência da República, em 30 de Setembro, constituiu uma surpresa para alguns portugueses. Para outros foi uma consequência lógica do processo revolucionário em curso. Pode esclarecer-nos sobre as alegadas divergências com o M. F. A. que o levaram a tal decisão?

**ANTÓNIO DE SPÍNOLA** — Quem leu com atenção os quatro volumes que publiqui sobre o meu governo na Guiné e o meu último livro «Portugal e o Futuro», tendo em mente as limitações a que tive de submeter-me para escrever algo com um mínimo de probabilidades de ser publicado, certamente terá deduzido, em toda a sua extensão, até onde teria chegado se outros fossem os condicionais.

De resto, é do domínio geral que passei o meu governo de cinco anos e meio na Guiné sob a inspiração e na mais pura fidelidade a um ideal humanista, norteado pela constante preocupação de preparar rapidamente os guineus para se autodeterminarem e gerirem os seus destinos no quadro de uma nova ordem social.

E quem se debruçar com espírito isento sobre a comunicação que fiz ao país na madrugada de 26 de Abril, como sobre o texto programático do Primeiro Governo Provisório e todos os meus discursos e intervenções na Presidência da República, e analisar os conceitos expendidos à luz das circunstâncias que os rodeavam, verificará que a minha acção após o 25 de Abril continuou a desenvolver-se na mesma linha de perfeita coerência com a intenção de democratizar, socializar e libertar o País.

O que se me deparou, todavia, foi uma nova corrente interpretativa dos princípios inspiradores do Movimento das Forças Armadas; corrente que se esboçara na fase preparatória do Movimento, é certo, mas cujos defensores haviam ulteriormente aderido a um consenso gerado em torno de existência democrática do programa definido. Após o triunfo do Movimento, de novo se recenderam as divergências quanto às vias para a construção da nova sociedade portuguesa. Essas divergências, surgidas nos diversos centros de decisão e agravadas por

uma tendência muito nitida para a radicalização de posições externas, não deixaram, a quem apenas desejava servir o seu País inspirado numa concepção humanista do socialismo, outra alternativa senão a renúncia para evitar cometimentos irreversíveis.

Não houve, portanto, oposições frontais nem atitudes preconcebidas, mas tão somente o veemente desejo de evitar confrontações resultantes de diferentes interpretações do Programa do M. F. A.; e isso porque nada encontrei — e continuo a não encontrar — naquele Programa que não correspondesse exactamente ao meu pensamento político. Trata-se de um programa que vai tão longe quanto o pode ir o programa de um Movimento que visa devolver o Estado à Nação e nunca substituir-se à Nação na constituição de um Estado. Neste ponto crucial se situa, de forma perfeitamente inequívoca para mim, a chave de interpretação do Programa do Movimento, de que resultaram claros factores limitativos do seu desenvolvimento, na medida em que é à Nação, e apenas a ela, que compete definir-se a si própria.

Julgo-me suficientemente identificado com o espírito do Movimento para poder afirmar que jamais existiu a intenção de locar um instrumento político de acção imediata, mas antes a de proporcionar uma fórmula que permitisse a definição da Nação por si mesma e a constituição autodeterminada e referendada de um Estado de Direito, livre e legitimamente formado. Em suma, uma Nação construída em liberdade.

A minha renúncia representou, portanto, uma atitude de coerência com o pensamento que me orientou nas últimas décadas e que, nos anos mais recentes, me colocou em constante confrontação com o governo depositado.

Assim, é nesta perspectiva, e não numa visão de partidário político, que os factos terão de observar-se. E, como tal, o meu afastamento deve apenas ser visto como a atitude de um cidadão que apoia todos aqueles que, honestamente, se propõem instituir uma democracia pluralista em Portugal no respeito pelos direitos, liberdades e valores essenciais da pessoa humana, e se, recusa a colaborar na preparação de novos regimes autoritários.

## "O MFA deve institucionalizar-se"

**EXPRESSO** — Muito se tem falado da posição do general António de Spínola contrária ao M.F.A., querendo até, eventualmente, a sua dissolução. Pode comentar esta acusação?

**ANTÓNIO DE SPÍNOLA** — Considero as Forças Armadas um instrumento de defesa da Nação e, como tal, um instrumento de defesa da democracia. Nessa base, quando o poder se autocratiza e a liberdade da Nação se encontra ameaçada, a intervenção das Forças Armadas é um dever implícito na sua própria existência. Nesta conformidade, é incontestável a legitimidade do M.F.A., estando-lhe reservado, dentro dos seus princípios que o geram, o importante papel da reconversão nacional das Forças Armadas, instituição que, nas últimas décadas fora deixada da sua missão, tornando-se, como em tempos afirmei, em guarda pretoriana de um regime totalitário.

Entendi sempre, e entendo ainda, que o M.F.A. deve institucionalizar-se. E essa institucionalização deveria concretizar-se no seu permanente alargamento às Forças Armadas, instituição que, na plenitude da sua legitimidade, acabariam por se integrar em bloco no espírito do Movimento, tornando-se garantes da liberdade e da democracia.

Haverá pois que acelerar esse processo — incompatível com a permanência de uma pequena elite militar no poder político, ao qual o M.F.A. deve estar associado apenas durante o tempo necessário para o institucionalizar no quadro de uma democracia subtilizada.

As Forças Armadas compete assegurar a liberdade de co-determinação nacional, mas está-lhes vedado, ética e legitimamente, substituir-se a essa determinação.

Numa visão histórica e ética não cabe às Forças Armadas assumir o poder político senão num quadro transitório em tempo e estrito em dimensão. Criar as condições para um País livre é a sua tarefa; assumir o poder político e entregá-lo a qualquer força que não resulte de sublégo directo incontestável e incontestado é crime de lesa-nação.

E se é legítimo retirar o poder a quem dele se apossou autocraticamente, legítima será a sua entrega a novas formas autoritárias de governar. A esta luz, jamais esteve em causa o Movimento; o que tem sido para mim motivo de apreensão, isso sim, é a possibilidade da sua apropriação por forças estranhas às Forças Armadas.

Direi então que é para uma completa institucionalização do M.F.A. que tem de caminhar-se. Tendo reconquistado a liberdade para o País, as Forças Armadas devem manter-se em posição de total inércia entre as várias correntes políticas, assegurando a igualdade de oportunidades e impedindo toda e qualquer forma de agitação ideológica ou de manipulação da opinião pública, das consciências e dos comportamentos, características da apropriação do poder pelos regimes totalitários.

Em resumo, poderei dizer-lhe que visualizo o M.F.A. na sua dupla função: continuar a libertação do País; e concionalizar as Forças Armadas no sentido de as restituir à sua função de defesa da Nação contra toda a ameaça à sua liberdade, quer essa ameaça seja física ou ideológica, provenha de forças externas ou de minorias internas. Como vê, não houve nem pode ter havido qualquer confrontação com o M.F.A.; mas mantenho uma intransigente posição de defesa da pureza do Movimento, na constante preocupação de evitar que, deixando-se pôr pelo incesso da glória, possa vir a transformar-se em mero instrumento de um ideal político.



## Um país politicamente à esquerda e economicamente à direita

**EXPRESSO** — Como caracteriza a actual situação do país, no campo político-económico, e como visualiza a sua evolução no futuro próximo?

**ANTÓNIO DE SPÍNOLA** — A meu ver, a actual situação político-económica do País caracteriza-se pela contradição entre a radicalização do processo político e o imobilismo no plano económico, daí resultando a imagem de um País politicamente à esquerda e economicamente à direita.

Esta ambiguidade gera um ambiente de incerteza sobre o futuro, com reflexos altamente negativos na atitude dos investidores nacionais e estrangeiros. Manter esta imagem é agravar a situação económica do País com todo um conjunto de dramáticas consequências, de que o Povo português será a grande vítima.

Ora, se por um lado, o progressismo político que os Portugueses desejam não pode ser construído à margem da livre e plural manifestação da vontade do Povo, é inaceitável, por outro lado, que aquele progressismo seja construído com o seu sacrifício. É aqui recorde o conceito lapidário de que «sendo o socialismo a única via para uma sociedade democrática, também a democracia é a única forma de se construir o socialismo».

Haverá, portanto, que sair da ambigua situação de impasse em que o País vive, o que se me afigura perfeitamente possível na medida em que se transpuser d'isso entre a democracia que desejamos e a demagogia de certas correntes que monopolizaram os grandes meios de informação. Daí a minha convicção de que, uma vez claramente definida a opção pelo socialismo que havemos de construir, e afastado de vez o radicalismo de certa linguagem política de circunstância, desaparecerão as contradições, a confiança regressará aos espíritos e com ela o surto de investimentos que restaurará a nossa economia e nos lançará na reconstrução de uma sociedade nova, com que há tanto tempo os homens livres deste País vêm sonhando.

## Não passar de uma ditadura para outra

**EXPRESSO** — Há sectores políticos que discutem a validade das próximas eleições face ao atraso da democratização das autarquias locais, dada a sua responsabilidade no recenseamento. Qual é a sua opinião sobre aquela validade?

**ANTÓNIO DE SPÍNOLA** — O que refere é um facto. É perfeitamente lícito interrogarmo-nos quanto à validade da participação geral a nível de cúpula quando despois de igual participação ao nível das bases. Ninguém pode contestar que a verdadeira democratização do País tem de iniciar-se a nível das comunidades celulares, ou seja, das autarquias locais. Sendo assim, temos de honestamente reconhecer que estamos ainda muito afastados desse desiderato. Nuns casos, por atraso no saneamento; noutros, por apropriação do poder a nível das autarquias em todos eles, com total desrespeito pelas mais elementares regras da democracia. É sempre com a consciência da impropriedade popular e da despolitização, o que é inconcebível, pois denuncia claramente o recurso a métodos do velho regime utilizados para suprimir a liberdade e reprimir os direitos dos cidadãos, e como tal nunca poderá ser aceite como argumento de forças genuinamente democráticas.

Teria preferido, como aliás preconizei logo depois do 25 Abril, que o processo houvesse prosseguido de forma diferente: as administrações locais seriam garantidas por militares designados pelo M.F.A. que, no mais curto prazo, promoveriam eleições para as respectivas autarquias, entregando o poder ulteriormente aos elementos eleitos pelo Povo. Isso seria relativamente simples. E, nesta altura, a democratização das bases seria um facto: teríamos autarquias locais já constituídas pela

vontade popular e, como tal, democraticamente legitimadas. Não foi esse o sistema adoptado, o que permitiu que a reacção mantivesse certas posições, e que, por outro lado, outras forças se antecipassem, apropriando-se do poder ao nível das autarquias a coberto de uma falsa bandeira de democracia, e a pretexto da despolitização do Povo. Assistimos recentemente a nova tentativa dessas forças para adiar a democratização final do País alegando a inexistência de bases democratizadas. Se tal argumentação houvesse vingado, o resultado teria sido que, de uma ditadura ante-25 de Abril autojustificada pela impropriedade política do Povo, passaríamos a outra ditadura pós-25 de Abril autojustificada com o mesmo argumento.

Quanto a mim, é imperiosa e urgente a democratização autêntica de todas as autarquias, não só daquelas onde o 25 de Abril não chegou, como das outras, onde o 25 de Abril foi ultrapassado. A perspectiva das eleições legislativas exige aquela prévia democratização, dado o papel das autarquias locais no recenseamento. Mas não pode nem deve adiar-se o processo eleitoral. O que se impõe é uma participação popular muito aturada, a pronta denúncia de irregularidades e a imediata intervenção do M.F.A. e do Governo em caso de quebra da pureza e transparência dos processos. É uma vez que se falhou na democratização das autarquias, terá de reforçar-se a acção dos partidos eminentemente democráticos.

Desde que dessa forma a vigilância das operações de recenseamento e do acto eleitoral seja eficaz e corajosa, creio haver razões para afirmar que as eleições tradicionais, de facto, a vontade popular. Só por essa via, aliás, e de uma vez para sempre, a reacção será afastada e o País entrará decisivamente na via democrática.

## Socialismo democrático apoiado em democracia económica

**EXPRESSO** — Um ponto de clivagem das opções políticas do momento é o das medidas sócio-económicas a adoptar para combater alguns dos sintomas da conjuntura e, ao mesmo tempo, transformar as estruturas do país. Neste plano que propõe?

**ANTONIO DE SPÍNOLA** — Como recentemente ouvi ao Dr. Erik Lundberg, foi uma tragédia o 25 de Abril não ter ocorrido em 1972. Uma transformação político-social como a que está em curso, naturalmente havia de acarretar para o País não apenas as consequências imediatas e já de si altamente perturbantes da situação herdada do regime anterior, mas ainda as perturbações inerentes a todas as transformações, agravadas pelos reflexos da crise generalizada da economia internacional a que somos extremamente vulneráveis dado o alto grau de dependência da nossa economia face ao exterior.

As presentes dificuldades económicas são extremamente graves e inevitáveis. E, muitas vezes, tal como aconteceu antes do 25 de Abril, são ocultadas ou minimizadas, na preocupação de preservar o prestígio da revolução, como se não fosse bem pior para esse prestígio o sistemático ocultar da situação real e o constante desvirtuar das suas causas.

A crise que enfrentamos é, sem dúvida, parte e consequência de uma crise de civilização e de um momento de transformação histórica. O Mundo está no limiar do que poderá chamar-se a III Revolução Industrial. Se a I Revolução se centrou no plano da estrutura e organização da produção, daí resultando o capitalismo industrial e a produção padronizada, a II Revolução transportou-se do campo da produção para a questão fulcral das condições de vida no seu aspecto quantitativo. A sua problemática centrou-se nas relações e modos de produção, dando origem aos sistemas baseados nas análises capitalista e marxista das relações económicas e do processo social. Daí surgiram de um lado as sociedades de consumo e do outro as sociedades condicionadas, qualquer delas passando pela violação da condição humana. Os homens foram postos perante soluções económico-sociais que, quer a Oeste quer a Leste, confundiram o mundo a uma crise ecológica. A vida humana tornou-se escrava de si mesma, o que operou um novo transporte da questão fulcral da problemática económica, agora para as questões fundamentais da própria qualidade de vida, esta cada vez mais em causa, pois que é nela que se enfioca a realização humana.

Nem países capitalistas, nem países ditos socialistas encontram

ainda soluções satisfatórias para os problemas desta III Revolução Industrial. E talvez esteja aí aberto o campo à síntese entre visões distintas das relações e modos de produção. Podemos bem estar no limiar de um socialismo de iniciativa, que, em vez de situar o homem na condição de súbdito político-económico de um Estado empresário marxista ou de um Estado capitalista industrial, o transformará em cidadão político-económico, co-proprietário em vez de funcionário burocrático, co-gestor em vez de assalariado.

O sucesso de uma solução para a nova problemática assentará, pois, no pressuposto de um socialismo democrático como via e apoio de uma democracia económica, cuja final é alcançar as sociedades humanas. O Mundo terá, assim, de caminhar para uma nova ordem social que repudie toda e qualquer arquitectura política assente na unilateralidade dos poderes político e económico. Isso porque, quer comunistas quer capitalistas, só nominalmente democratizam o poder económico, que continua, de facto, nas mãos de elites.

No nosso caso concreto, encontramos-nos em posição ímpar para penetrar mais profundamente e com maior autenticidade no processo de democratização global. Abrem-se-nos, com alicientes perspectivas para a construção do socialismo por uma via democrática e portuguesa; socialismo edificado no respeito pela dignidade e liberdade da pessoa humana e pelos seus direitos fundamentais, em que se integram o direito ao trabalho livre, à escolha e mudança de profissão e de posto de trabalho, o direito à iniciativa e à propriedade, o direito de associação e opção política, o direito à informação lenta e a possibilidade de participar na co-determinação das sociedades em que os homens livremente se integram. Só em tal clima, a arbitragem do Estado, apoiado na legitimidade democrática e disposto de instrumentos de controlo e responsabilização dos próprios poderes, permitirá a realização do socialismo e a preservação da democracia.

Defendo pois um Estado democrático árbitro de um socialismo em liberdade efectivamente desejado, por oposição a qualquer forma de estado autocrático, prosélito de um socialismo dogmáticamente desejado, por oposição a qualquer forma de estado autocrático, prosélito de um socialismo dogmáticamente imposto. Daí que, como cidadão, dê o meu apoio às correntes progressistas essencialmente pluralistas, e perfilhe um ideal profundamente radicado no socialismo democrático.

Correção pág. 18

269



# "ONDE HÁ CENSURA ESTATAL, PROPRIETÁRIA OU LABORAL NÃO HÁ DEMOCRACIA"

Cinco pontos programáticos  
para a democracia de Abril

Continuação pág. 17

**EXPRESSO** — Com base nos temas que desenvolveu (que são quase um programa político) quais as medidas que entende deverem ser tomadas prioritariamente no processo em curso de radical reestruturação da sociedade portuguesa?

**ANTÓNIO DE SPÍNOLA** — Começarei por dizer que as medidas programáticas a que se refere são podem desair de decorrer de um ideário político.

O problema centra-se, a meu ver, na opção por uma das várias leituras possíveis da democracia. E se nos reportarmos a uma perspectiva histórica das ideologias políticas, havemos de concluir que, em todos os tempos, a dialéctica se desenvolveu sempre polarizada entre indivíduos ou minorias manobreadores da consciência colectiva, com recurso a processos que evoluíram desde a mistificação carismática até, mais recentemente, à atomização psicológica cuja técnica Tchakétine tão bem descreve. Inconscientemente, alegremente até, as massas aplaudem, vão, aderem e combatem homens e ideologias.

São espontâneas todas essas manifestações quando favoráveis; dizem-se forçadas todas as outras, e isso, mesmo que levadas a efeito pela mesma multidão embriagada de si própria. Glorificam-se os que militam na mesma causa e condenam-se como traidores os contrários. Este panorama político é geral, como gerais são as democracias; pois que hoje todas as sociedades se dizem democráticas, desde as monarquias absolutas as ditaduras colegiais apoiadas em fortes e torcinárias polícias políticas. O que está em jogo, sempre, são desígnios especiais ou ideológicos de minorias muito activas que entre si disputam o poder — sempre, é claro, em nome do interesse geral e da democracia. Mas, as grandes massas, essas continuam na sua condição de base; sofrem, aplaudem e continuam a ser exploradas sem que disso se apercebam pelo atrazo em que são massadas.

Por isso mesmo, sustento — e o meu Governo na Guiné foi uma excelente experiência — numa sociedade naturalmente fechada — a tese de que só podem ser válidas as leituras da democracia que protejam a massa dos cidadãos contra a especulação demagógica numa fase do processo e, posteriormente, contra o patológico

apego dos homens ao Poder, por mais puros e idealistas que tenham sido até o alcançar.

Entendo assim que a sossa democracia — a democracia de Abel — deve fundamentar-se em cinco pontos programáticos: respeito intransigente pelos direitos fundamentais da pessoa humana, tal como se encontram definidos em consento universal; democratização da soberania; independência e «controle» recíproco entre os poderes do Estado; responsabilidade electiva do poder político perante a Nação soberana; subordinação do poder económico ao político. Trata-se, como vê, do ideário essencial a um Estado de Direito, à margem do qual não se me afigura lícito falar de democracia e de dignificação e libertação da pessoa humana.

Uma tal democracia terá que decorrer, essencialmente, da participação activa de todos os Portugueses na escolha dos seus mandatários e na exigência das inerentes responsabilidades. Dai entender que a democracia só poderá viver-se em clima de total liberdade de crítica, de expressão, de associação e de participação. Só seremos um País verdadeiramente democrático quando se tornem operativas as instituições através das quais se materializa a intervenção dos cidadãos. Estas instituições devem abranger três campos essenciais: o da vida comunitária, o das actividades económicas e o da participação política. A nível comunitário, o municipalismo e a descentralização administrativa devem ser fortemente impulsionados, a fim de cobrir os cidadãos do risco de um poder central demasiado forte e de os consociencializar, tornando mais operativo e eficaz o seu sentido de responsabilidade cívica. A nível económico, terão de ser tomadas eficientes e representativas as associações de interesses, havendo que proteger os cidadãos, em especial as classes trabalhadoras e os consumidores, das monopólios da representatividade tão característicos das correntes

totalitaristas, como é o caso da unidade sindical. A nível político, terá de institucionalizar-se o pluralismo partidário, defendendo intransigentemente a eficácia crítica dos partidos e promovendo, sobretudo, que estes representem correntes de opinião civicamente actuautes e não se transformem em clubes de sôtes disputando entre si o poder político.

Poderia sintetizar o que penso dizendo que o poder embriaga, havendo que defender os cidadãos contra essa embriaguês. E essencial, assim, a uma democracia, que o poder se exerça, sempre, sob o «controle» de forças políticas, nenhuma das quais, todavia, suficientemente forte para dele se apossar. Porque não tenhamos quaisquer dúvidas: se o País consentir de novo o singulário político por mais democrático que se afirme, jamais deixará de viver em ditadura.

O pluralismo, em todos os campos de associação, é muito mais necessário à democracia do que quaisquer outras medidas dentre as que tanto vêm preocupando a opinião pública nacional. E através dele que encontraremos uma via portuguesa e democrática para um socialismo autêntico, em que o poder — político e económico — se democratizará de facto.

Nesta ordem de ideias, sou de opinião que a ortodoxia revolucionária baseada na luta de classes se encerra totalmente ultrapassada como sistema de constituição de sociedades modernas. Nestas, os cidadãos terão de associar-se, não por classes mas antes pela forma que melhor corresponda às suas identidades e aspirações.

Não vejo, pois, outra democracia senão parlamentar e pluripartidária, embora essencialmente portuguesa na sua implantação e nos seus objectivos, e profundamente justa no seu desenvolvimento económico e social. De outra forma, apenas nos consentiremos a enganar, acitando por democráticas o que, afinal, são mal disfarçados neofascismos.

# Liberdade de Imprensa condicionada apenas pela lei comum

**EXPRESSO** — O **EXPRESSO** é um jornal independente que, aliás, crítico, muitas vezes, o general António de Spínola nos últimos meses.

Agora seria interessante saber o papel que concebe para os órgãos de informação na construção da nova sociedade portuguesa e o estatuto que propunha para a Imprensa, Rádio e TV. Ou será uma pergunta muito técnica?

**ANTÓNIO DE SPÍNOLA** — Em conexão com as lições que defendo, a situação de uma sociedade democrática e justa passa obviamente pela eliminação de todos os meios de manipulação de consciências e de condicionamento de opiniões. Todos sabemos o impacto dos meios de comunicação social no condicionamento de opiniões; como sabemos quanto as limitações à capacidade de investigação e crítica por parte da Imprensa escrita, visual, falada, fortalecem a instalação da irresponsabilidade do Poder.

Qualitativas se põem então? Também aqui se nos depara o problema da centralização estatal e das zonas de intervenção do Poder nos órgãos de informação. O problema tem sido amplamente debatido. Em minha opinião só se justifica a actualização do Estado em casos onde não seja possível ampla representatividade de sectores e correntes diversas. É o caso da televisão, que deverá ser um órgão interpartidário, pois não sendo a iniciativa privada amplo acesso ao pequeno ecrã, este constituirá sempre uma arma, poderosa e combativa, ao serviço de quem, mantendo o margem das regras do jornalismo democrático, se antecipa na sua manipulação.

Mas já na Imprensa, a possibilidade de ampla difusão de

todas as ideias é tal que não se justificam intervenções nem outras regulamentações para além das decorrentes da lei geral. Assim, a ninguém será lícito impor qualquer entrave, seja a que pretexo for, à difusão de ideias ou de factos. E muito menos pode admitir-se que profissionais da Imprensa ou artes gráficas se sirvam da sua posição para impor qualquer espécie de censura baseada nas suas opiniões ou filiações políticas ou se oponham à divulgação de ideias, sejam elas quais forem. Penso assim que, num regime eminentemente democrático, não há lugar para outra política que não seja a de liberdade sob responsabilidade civil, prevista e regulamentada na lei comum.

O boicote à informação tem sido, infelizmente, um facto entre nós. E não é dessa forma que se democratiza um País, pois constitui um atentado à liberdade e uma forma de censura como qualquer outra. E onde há censura — estatal, proprietária ou laboral — não há democracia.

Quando à televisão e à rádio, sendo públicas pertencem a todos os cidadãos e a todas as correntes, devendo ser-lhes vedada qualquer atitude que as transforme em órgãos privilegiados de propaganda da corrente de opinião que nelas mais solidamente se implantou.

Os nossos grandes órgãos de Informação têm portanto que democratizar-se por si ou então que ser democratizados por medidas legislativas adequadas. O simples «usar de bandeiras» não implica democratização — pelo contrário. Considero este ponto de extrema importância, pois tão-pouco haverá democracia enquanto, nos órgãos de Informação públicos e privados, houver correntes que, filtrando a verdade, manipulem as consciências.

## Tudo de todos num estado socialista democrático

**EXPRESSO** — De tudo o que fica dito poderá concluir-se alguma coisa sobre o seu alinhamento político futuro (partidos, eleições, etc)? Ou prefere guardar uma posição suficientemente vaga para poder actuar quando e como quiser?

**ANTÓNIO DE SPÍNOLA** — A luz de tudo quanto expus, encaro com tranquilidade e esperança o futuro do País. Espero que, passada a embriaguez da liberdade, os Portugueses comecem a tomar consciência do risco em que se

encontra de cair nas mãos de novas minorias, ávidas de se apropriar do esforço e sacrifício do Povo.

Nesta fase de reconstrução do País — que emerge de uma noite de meio século e de repente alinha na sua época — penso que as ideias, os conceitos e as análises comecem a tomar forma na mente dos Portugueses, onde se desenhavam, cada vez mais nitidamente, opções que parecem não se afastarem muito do firme desejo de construir uma nova sociedade, não por monopolização estatal, centralização burocrática e alienação total, mas por participação na propriedade directa e por co-gestão económica.

Então, de vez mais firmemente convicção de que o interesse geral só será efectivamente defendido quando todo for de todos num Estado socialista democrático; ideal que jamais será atingido se todo for de Estado e o Estado for autoritário — embora rotulado de populista democrático ou outro adjectivo semelhante. Só assim teremos de facto, um socialismo em liberdade construído sobre a realidade portuguesa, por uma via portuguesa e com a participação dos Portugueses, com rejeição de toda a fórmula importada ou de qualquer dogmatismo, por mais respeitosa se intitule.

Mas não se conseguirá pela

via de imitação ideológica do Povo, antes pela libertação da sua capacidade criadora. Não se conseguirá negando a História da Pátria e menosprezando os seus Maiores, mas no renascimento dos autênticos valores nacionais. Não se conseguirá em clima de ódio, de vingança e de violência, mas numa base de reconciliação fundada na tolerância, na compreensão e na fraternidade humana. Então sim, o País ter-se-á reconstruído na linha da vocação humanista do seu Povo. E se este optar pela construção de um socialismo português e democrático, teremos de facto um Portugal renovado e livre onde valerá a pena viver.

## Socialismo com defesa da propriedade privada das fontes de produção

**EXPRESSO** — Vejo que o preocupa o futuro político da sociedade portuguesa. E até mais, que já tem um programa de acção. O que propõe esse programa em termos de escolha de sistemas económicos? Como diz defender um «socialismo», que entende por socialismo?

**ANTÓNIO DE SPÍNOLA** — Uma característica essencial das sociedades eminentemente liberais é o processo de acumulação de capital, de que resulta a sua crescente concentração. O capitalismo liberal conduz, assim, a uma monopolização cada vez maior da propriedade dos meios nas mãos de grupos económicos que constantemente se agigantam. Desejaria

abrir aqui um parêntesis para referir que não contesto a necessidade de uma dimensão empresarial mínima necessária à rentabilidade ou competitividade das empresas. Deixemos, pois, esta questão de dimensão crítica, que não está em causa, e centremos a atenção no processo de acumulação de capital, gerador de antidemocracias.

Em quase todos os países de estrutura capitalista, nomeadamente nos E.U.A., o fenómeno da concentração tem sido objecto de medidas governamentais tendentes a evitar que, toda, ou quase toda a capacidade de investimento esteja nas mãos de macro-organizações económicas, o que, associado ao exercício do direito de livre iniciativa, permite

que essas forças, investindo desproporcionadamente quando e naquilo que desejam, assumam uma posição de comando através do poder de decisão que detêm sobre o que é oferecido e consumido, que o mesmo é dizer-se sobre o padrão de vida do consumidor, o bem-estar e a ambiência social do homem comum. Mas, não apenas. A grande organização monopolista, empregando muitos milhares de homens dispõe de poder sobre eles pela via da segurança social de cada um; pelo que o comportamento e a atitude participativa do homem na sociedade deixa de ser livre face ao receio de que, em eventual confronto com os interesses do patronato, a sua própria subsistência seja posta em risco.

O reforço dessas organizações com base na cartelização ou na realização de acordos completos o quadro, achando numa enunciação onde o poder do Estado é apenas nominal.



A democratização política passa, assim, necessariamente pelo socialismo, entendido este como democratização económica. A livre concorrência e a livre opção são partes fundamentais da vida humana; e nem uma nem outra serão possíveis onde o grande capital monopolista domina.

Mas não nos esqueçamos de que a estratégia antimonopolista visando a democratização da economia não consiste, de modo algum, na sistemática apropriação pelo Estado dos meios de produção, pois a ideia de que alguma coisa muda pelo facto de o Estado se apropriar dos meios de produção é pura utopia. Na realidade, essa apropriação mais não é, afinal, do que a concentração de poder económico nas mãos de um único grupo de dimensão nacional. E, desse modo, o Estado passa a ser o «capitalista monopolista» à custa do capital da Nação; continua a dispor da mesma capacidade de desinvestir e reinvestir, de dissipar recursos, impor consumos e preços; e exerce o mesmo poder sobre os seus milhões de empregados — pois será o único patrão da nação inteira.

Podemos então interrogar-nos sobre o que ganha a grande massa do povo se o monopólio dos meios passar das mãos do sector privado para as do Estado; que o mesmo é interrogar-nos sobre qual o socialismo que se prossegue ao concentrar nas mãos de um só grupo o que ainda vai estando repartido por alguns. Até porque, a ser de aceitar-se a inevitabilidade de tal sistema e a ter de optar apenas entre as duas alternativas, mal por mal, o Estado foi sempre e em toda a parte — principalmente entre nós — um péssimo empresário.

Pode argumentar-se que o monopolismo desercionário e tiranizante do Estado, como capitalista único se controla pela sua responsabilidade perante a Nação. Mas, para tal, é necessário que a Nação tenha poder para criticar, concordar, discordar, votar e demitir; e assim sendo, desfaz-se a capacidade monopolística do capitalismo do Estado e o sistema torna-se, por si próprio, inviável. Dal que o verdadeiro socialismo só seja possível em democracia autêntica, pluralista e responsável. Fecha-se assim o ciclo: não a democracia é possível sem socialismo, nem o socialismo é possível sem democracia.

O verdadeiro socialismo exclui a concentração da propriedade dos meios nas mãos de um Estado totalitário. E o marxismo-leninismo puro é hoje tão utópico como o liberalismo da I. Revolução Industrial; na actual fase de evolução da sociedade, os princípios do socialismo, dito científico serão

válidos, em certos aspectos, como técnica histórica de análise económica, mas inactíveis como base de aplicação de qualquer sistema em relações político-económicas.

E que, sob o capitalismo monopolista, quer privado quer estatal ainda que rotulado de socialismo científico, o trabalhador é sempre empregado por conta de outrem. A sua alienação só termina quando, superada a condição assalariado de um peão ou do Estado, o trabalhador se litigar, se facto, co-proprietário imediato e co-gestor da sua propriedade. Porque o trabalhar funcionário burocrático, empregado do grande capitalista Estado, é apenas, quando muito e nominalmente, co-proprietário mediato dos meios. E o verdadeiro socialismo reside na gestão colectivizada, sob as suas múltiplas formas de realização prática.

Democratizar o poder económico, isto é, socializá-lo, terá portanto de consistir muito mais em socializar as empresas do que em nacionalizá-las. Na empresa socializada o trabalhador participa directamente, com todos os direitos emergentes das suas actividades, no trabalho. Na empresa nacionalizada o trabalhador continua alienado e sem outros direitos senão os que o Estado concede. Neste ponto, como em tantos outros, as democracias ditas populares aproximam-se dos regimes fascistas.

Será portanto na busca de uma estratégia de facto antimonopolista ao serviço das classes trabalhadoras que tem de assentar-se as bases do desenvolvimento económico nacional. Mas é tempo de deixarmos de jogar com palavras. Porque o melhor serviço que pode prestar-se às classes trabalhadoras é torná-las co-proprietárias directas, integrando-as nos laços de distribuição de rendimentos. E assim sendo, todas as classes são trabalhadoras, mesmo aquelas que, por ética própria ou imposição estatal, racionalizam o seu poder de decisão sobre os meios e colocam ao facto o sistema económico ao serviço do bem-estar geral. À sua luz, uma estratégia de nacionalizações generalizadas jamais será antimonopolista, visto que não contempla os imperativos simultâneos de abrir à concorrência e racionalizar o emprego dos recursos. Saliente-se que esta conceptualização, longe de excluir a intervenção do Estado, antes a considera imperativa, não só nos sectores onde o custo de entrada é demasiado alto; para uma concorrência, como na exploração dos recursos eminentemente colectivos — caso dos recursos do sub-solo —

ainda na definição das regras do jogo em que a iniciativa privada é a movimentar-se.

Uma política firmemente prosseguida de limitação de lucros pela via fiscal ou legal não só esquadra o autofinanciamento e o crédito como incentiva a promoção do inflacionária dos salários, dando por essa via poupanças que permitem a crescente democratização dos meios com recurso à politização do capital. Entendemos que só desse modo é eficaz qualquer estratégia antimonopolista, ao mesmo tempo que se restabelecerá o clima de confiança necessário ao nosso avanço.

Em suma, defendo o antimonopolismo baseado na liberalização da iniciativa como estímulo da concorrência, com apenas as nacionalizações mínimas necessárias a uma real democratização da propriedade, isto presente que a concorrência atrevida de empresas públicas é um

antimonopolismo quando e onde se revelar necessário para evitar o domínio privado de um sector do mercado. Mas com exclusão deste aspecto, a iniciativa privada ao nível da empresa de dimensão económica e competitiva tem de estimular-se, passando por esse estímulo a criação de réditos a distribuir em clima de autêntica liberdade e participação.

Poderei, assim, sintetizar que, no plano económico, a nossa via para o socialismo passa por uma estratégia de facto, e não apenas nominalmente, anti-monopolista. Estratégia que deve essencialmente visar a definição dos critérios de acumulação de capital e de escolha de investimentos, de racionalização das estruturas e circuitos de distribuição, e de intervenção do Estado para assegurar o equilíbrio sócio-político e para superar as carências de gestão e de iniciativa herdadas do passado. A meu ver, só desse modo caminharemos para uma sociedade antimonopolista, e não para um monopolitismo estatal disfarçado de socialismo.

CARVALHO, Otelo Saraiva de  
FORMIGO, Benjamin

Expresso

75-01-04

19

Entrevista de Carvalho ao EXPRESSO

# “Spínola seria afastado após o 28 de Setembro”

Entrevista de Benjamin Formigo

DECLARAÇÕES do brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho a respeito de determinadas afirmações do general Spínola levantaram, na semana que hoje fecha, certa polémica na opinião pública. O general, atingido pelas declarações, enviou aos jornais um comunicado em que desmentiu tais afirmações atribuídas a uma campanha de descrédito lançada pelo comandante-adjunto do COPCON. Entretanto, além de a posição do brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho se manter intransigente, na recente conferência de imprensa a Comissão Coordenadora do Programa afirmou nomeadamente: “Não nos restam qualquer dúvida quanto à veracidade das declarações do brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho. Aliás a Comissão Coordenadora já delas tinha conhecimento. Não foi essa a única vez que o general Spínola fez declarações semelhantes. O general Spínola é uma figura controversa com grandes defeitos e grandes virtudes, que cumpriu a sua missão histórica”. As presentes declarações da Comissão Coordenadora, bem como o reconhecimento das qualidades de chefe militar de Spínola feitas por Saraiva de Carvalho afastam também a hipótese de se tratar de uma campanha de descrédito lançada por este último contra o ex-Presidente da República. Apenas o situam como homem político.

## Spínola e a descolonização

EXPRESSO — Parece que o que está na base do diferendo, com o general Spínola são concepções diferentes em matéria de descolonização, sendo, por conseguinte, o problema mais profundo do que aparenta. Pode comentar esta afirmação?

OTELO SARAIVA DE CARVALHO — Ao fim e ao cabo tudo quanto se fez até ao entendimento final do acordo de Lusaka centrou-se, com a assinatura do tratado, o que o dr. Mário Soares e eu íbamos verificado ser a única solução possível à mesa das negociações com a FRELIMO.

Em princípios de Junho, o general Spínola não aceitou de

modo nenhum a solução que lhe trouxemos de Lusaka. Não a aceitamos e procurando arranjar uma argumentação que fosse ao encontro da sua ideia da descolonização que implicaria um referendo, procurou todos os que lhe pudessem servir para contrariar a solução que, desde logo, se verificou ser evidente, e que afinal veio a ser adoptada.

EXPRESSO — Foi então, nessa conversa que o general Spínola fez as afirmações que levantaram polémica? A posição do general ao faz-las, não seria propriamente com a intenção de as concretizar, mas antes para apoiar os seus argumentos em matéria de descolonização?

SARAIVA DE CARVALHO — Absolutamente. Para quem conheça o nosso general é evidente que aquilo são frases que lhe surgem sempre em momentos de exaltação. Evidentemente que nunca lhe deve ter passado pela cabeça levar aquela atitude por diante.

Mas é preciso conhecer o nosso general para ver o que ele disse foi uma coisa impensada, que lhe surgiu no momento mas que, friamente, nunca faria. Em momentos de exaltação, o nosso general invoca o argumento de que se lembra na altura. O argumento não é exequível e ele depois sabe-o perfeitamente. Ah! acredito que agora nem se lembra sequer de o ter dito. Mas a verdade é que disse!



## A mudança de posição

**EXPRESSO** — Posteriormente, a posição do general Spínola, afirmada na alocação que fez ao país sobre descolonização teria, segundo o conhecimento que tem do processo político em curso, sido consequência de uma revisão de princípios feita pelo general ou de uma longa troca de impressões entre ele e o MFA e os ministros directamente ligados ao processo?

**SARAIVA DE CARVALHO** — Penso que foi fruto de todos estes factores. Julgo que foi uma retrospectiva que o nosso general fez de todos os condicionamentos que se puzam para a solução do problema do Ultramar, neste caso de Moçambique. Foi também a conselho de quem tinha tratado localmente com os líderes da FRELIMO. Tudo isso o levou a reconsiderar a sua perspectiva de descolonização de Moçambique de que resultou o discurso de 4 de Julho. A partir daí, a ideia determinante de levar avante um referendo, mais condicionamentos que verificou existirem levaram-no a mudar de atitude e concluir que era aquela a única solução possível, a mais lógica e mais legítima.

A minha missão quando fui a Lusaka era a de procurar obter, a todo o transe, o cessar fogo em Moçambique. O cessar fogo foi desde logo considerado pela FRELIMO como um acto político. Foi isso que transmiti ao nosso general. Tínhamos de chegar rapidamente a uma plataforma de entendimento e apontei-lhe uma solução que posteriormente, como sabe, veio a verificar-se. Para que ela se tornasse possível foi necessário o Conselho de Estado dar ao programa, no que respeitava à política, ultramarina, uma nova interpretação, isto é, para que legalmente pudessemos chegar à tal plataforma de entendimento.

**EXPRESSO** — O presente diferendo entre o general Spínola e o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho não poderá vir a trazer qualquer tipo de problemas a nível militar?

**SARAIVA DE CARVALHO** — Evidentemente que é possível. É possível e torna-se desagradável

face à publicação que foi feita em torno do assunto.

Temos de considerar sempre a exploração comercial daquilo que dizemos. Como já disse, a «Porbugalia» quer vender o mais possível os seus cadernos; portanto vai retirar do «blow» aquilo que lhe parece mais interessante e «sitra» para os jornais. Estes, por sua vez, aceitam de mãos abertas, pois há possibilidade de vender mais. E assim foi feita do «barulho» muito grande à volta do assunto.

É evidente que pode acender ainda mais antagonismos porque o nosso general tem uma legião de admiradores inuitíssimo grande que o admira profundamente e só vêem nele qualidades: as qualidades do chefe militar de excepção, que são 4. Temos, por outro lado aqueles que admiram o seu aspecto militar, que é o meu caso, mas que deploram nele um conjunto de defeitos, como homem e como político, sobretudo o antagonismo nascendo-se, portanto, entre estas duas facções: aqueles que o seguem idolatramente e aqueles que gostariam de o seguir como chefe militar, mas que não o seguem idolatramente só como chefe militar de excepção e exigem dele mais alguma coisa.

Em minha opinião, isto é apenas um diferendo que se verifica entre a figura carismática, a figura de chefe de general Spínola que foi votado por nós ainda na fase inicial do Movimento como um dos chefes militares que aceitaríamos. Tínhamo-lo votado para Chefe de Estado-Maior geral das Forças Armadas e tínhamos votado o nosso general Costa Gomes para Presidente da República. Perdemos-lo por falta de estrato político — após a crise de 26 de Setembro, em que se sentiu absolutamente avassalado por um conjunto de preocupações, entre as quais avulta o terror à política comunista que não soube de forma alguma vencer, embora a princípio, tivesse sido cívico, até quem escolheu para o Governo, contra a opinião inicial de muitos, o dr. Álvaro Cunhal. Não soube, contudo, controlar posteriormente o receio que o invadiu de ter o PC legalizado. Agora verifica-se um diferendo entre esse chefe militar de excepção que real-

mente deixámos de ter, e eu, que ao fim e ao cabo, por forças de circunstância, fui o chefe militar do 25 de Abril e que fui privilegiado perante uma camada jovem de oficiais, precisamente por ter assumido essa responsabilidade.

**EXPRESSO** — Segundo alguns sectores de opinião pública e até nalguns sectores militares o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho está cada vez mais a aparecer como vedeta e a ser criticado por tal. Que lhe ocorre dizer sobre este facto?

**SARAIVA DE CARVALHO** — Desde as primeiras declarações que fiz, apareci com esse sinal de vedetismo a princípio foi extraordinariamente mal compreendido por muitos camaradas. Os que me apelidam de vedeta, são homens que ou não participaram realmente no 25 de Abril ou que, tendo participado no 25 de Abril ou na sua preparação, ficaram profundamente desiludidos. Isto é humano, por não terem tido a projecção que eu vim a ter. Uns chamam-me vedeta, outros oportunistas, outros... enfim os mais variados nomes. Aqueles que realmente trabalharam para o 25 de Abril sabem perfeitamente qual foi o meu papel e eu tenho a consciência perfeitamente tranquila de que longe de ser um oportunista, fui um homem que no próprio dia 25 de Abril considerei a minha missão cumprida e todo o meu desejo era regressar à anterior situação. Foi precisamente o MFA quem não deixou que eu regressasse. Foi o MFA quem me impulsionou, contra minha vontade, para a graduação em brigadeiro, afirm de poder vir a assumir as funções que actualmente desempenho. Portanto, se sou vedeta é porque o MFA me fez vedeta. Se sou vedeta foi porque as minhas declarações, às quais procuro sempre imprimir o cunho da verdade, chocam as pessoas que não estão habituadas à verdade.

Por exemplo, houve pessoas que ficaram logo extremamente impressionadas com as declarações que fiz na minha tomada de posse como Governador Militar de Lisboa e que continuam a chocar-se com

declarações de verdade que tenho feito através de jornais. Lembro-me que quando declarei a entrada do Palácio de Belém, onde fui apaludado por um grupo de jornalistas, que o caminho da independência do Ultramar era absolutamente irreversível, houve quem ficasse chocadíssimo alegando que eu não podia afirmar uma coisa daquelas, quando ao fim e ao cabo era verdade e está a verificar-se agora.

Porque é que a gente não há-de ter coragem para dizer as coisas? O vedetismo surge como consequência de tudo isto: do 25 de Abril, mais especificamente para o 25 de Abril. Praticamente até Fevereiro de 1974, embora fizesse parte da direcção do Movimento com o major Vitor Alves e com o capitão Lourenço, eu até nem era das figuras que aparecia com maior destaque.

Procurava diluir-me o mais possível, tanto que, fazendo parte integrante do movimento de 16 de Março, fui o único do núcleo central que não ficou preso, até porque o meu nome não aparecia e só após essa data tomei sobre os meus ombros a responsabilidade do planeamento e condução das operações.

## Porque falhou a intentona das Caldas

**EXPRESSO** — Uma vez que se referiu, ao 16 de Março, poderia explicar-nos o que realmente estava para acontecer nessa data, mais concretamente na noite de 13 de Março e que só veio a verificar-se na de 16?

**SARAIVA DE CARVALHO** — Os antecedentes do 16 de Março foram resultantes desta mesma semana. Tivemos conhecimento através do ajudante de campo do nosso general Spínola que no dia 14 iria realizar-se uma manifestação de generais em 5. Bento pedindo-nos que evitássemos a manifestação, cuja consequência lógica seria a exoneração dos generais Costa Gomes e Spínola. Preparáramos, então um pequeno plano de operações com cinco unidades, fundamentalmente Escolas Práticas, RI 5 e uma unidade de paraquedistas. Fizemos um pequeno plano de operação no qual colaborou o tenente-coronel Garcia dos Santos, major Casanova, major Monge, alferes Gerões e, se não erro, o major Assencio. Esse plano era bastante débil, como posteriormente se veio a verificar.

No dia 12 fui com o capitão Vasco Lourenço a casa do nosso general Spínola perguntar-lhe se sabia concretamente o que é que Marcello Caetano iria anunciar na Assembleia. Disse-nos que não sabia mas que talvez até fosse anunciar a sua demissão e que estava preparado para isso.

No dia 13, quando reunimos com oficiais e unidades que tinhamos incluído no plano de operações para dar indicações sobre as missões que iriam desempenhar. Verificámos, na altura, que o plano não era exequível e fui eu a assumir a responsabilidade de o deixar de lado. No dia seguinte, foi a manifestação dos generais que veio a verificar-se sem qualquer boicote da nossa parte. O golpe estaria para ser desenvolvido na noite de 13 para 14, a fim de evitar esta manifestação. Como o plano foi posto de lado, ela realizou-se as unidades desarmaram, à excepção do Regimento de Infantaria 5 que continuou em «pé de guerra» e que nos veio anunciar a Lisboa que, apesar da desistência, iam para a frente mesmo que sózinhos. Foi o

Major Casanova que os recebeu, enviando acalmias e garantindo-lhes que em breve avoacariamos com o novo plano, pois estávamos a melhorar o que tínhamos. Foi-lhes pedido para esperar até segunda-feira seguinte. Os oficiais

regressaram às Caldas da Rainha mas não desarmaram. Continuaram sobre rodas. No dia 15 sexta-feira à noite, estava eu reunido com o major Casanova e o major Monge e mais tarde chegou também o capitão Marques Ramos. Estávamos reunidos para combinar uma reunião para o dia seguinte, sábado, a fim de melhorarmos o plano uma vez que havia unidades extremamente impacientes, como era o caso das Caldas da Rainha, quando nos chegou a notícia de Lamego de que a unidade se tinha sublevado e estava pronta para sair para a rua. Nessa altura, verificou-se um entusiasmo muito grande, sobretudo por parte do major Monge, que contagiou os outros três e fizemos aquela loucura das Caldas. O capitão Ramos partiu imediatamente para as Caldas da Rainha, para onde aliás se ia deslocar para trazer o RI 15. As restantes missões distribuímo-las entre o major Monge, o major Casanova e eu. Separámo-nos às 9,30 da noite e eu nunca mais os vi, até no 25 de Abril à tarde, porque, entretanto, foram os três presos. Foi desempenhar as minhas missões. Não tínhamos qualquer tipo de ligação uns com os outros. De modo que fiquei sem saber o que eles andavam a fazer. Soube

que o major Casanova tinha regressado a Lisboa sem cumprir a sua missão, aliás a mim acontecimentos o mesmo. Soube, posteriormente, que o major Monge passou a noite inteira a telefonar para todas as unidades para ver se elas vinham sobre Lisboa. Nenhuma veio. Estavam completamente desarmadas e desgrevidas. Era fim de semana. Houve uma série de contrariedades que aliás já sabia que existiam. Acabou por sair apenas a unidade das Caldas da Rainha que era a única preparada. O major Monge, às 6h da manhã, soube que o RI 5 estava a avançar sobre Lisboa e foi, desesperado, a casa do major Casanova, pedindo-lhe para que o acompanhasse ao encontro da colona, pois, dado que era a única unidade que tinha saído, era necessário fazê-la voltar para trás.

Regressi a Lisboa, eram 5 e meia da manhã. Passei por casa do major Monge, já lá havia três carros da DGS, que tinham chegado naquela altura. Vi os agentes da DGS, que tinham chegado naquela altura. Vi os agentes da DGS a sair e a dirigirem-se para o caso do major Monge. Dirigi-me para a Encarnação que era o ponto de chegada,

onde o major Monge devia estar a receber as colonas que, segundo estava convencionado, vinham do Norte. Não encontrei nada. Vi carros da DGS, da PSP e pensei que o alarme estava dado e que a tudo por água abaixo. Estive ali até às 7 da manhã e vi chegar a colona do BC 5, de Cavalaria 7 etc. Vi formar-se o aparato militar e então meti-me no carro e fui dar outra vez a volta toda que tinha dado às 3 da manhã. Nessa altura, as unidades já estavam todas de prevenção rigorosa, não me sendo possível contactar-las, pois nem sequer respondiam ao telefone por ordens dos comandantes. Regressei a Lisboa cerca das 11h e na Encarnação já tudo tinha passado. Soube, nessa altura, que o major Monge e o Casanova tinham regressado às Caldas e se tinham entrechirado dentro do quartel.

Enquanto estive na Encarnação, juntamente com o agora major Miquelina Simões que me acompanhou durante toda a noite, tive a oportunidade de verificar qual foi o dispositivo militar montado para se opor às colonas das Caldas. O que me deu largas possibilidades de fazer um levantamento psicológico e do material, digamos do inimigo, o que veio servir optimamente para planejar o 25 de Abril.

## O relatório do 28 de Setembro

**EXPRESSO** — O que se passa com o relatório do 28 de Setembro?

**SARAIVA DE CARVALHO** — O relatório já foi escrito e apresentado pela Comissão ad-hoc nomeada para o efeito. Sobiu para uma Comissão formada pelos oficiais que mais directamente intervieram no 28 de Setembro, que não o consideram em condições de ser publicado. Tivemos uma reunião esta semana. Há necessidade de acrescentar determinados pormenores, que fugiram ao conhecimento da Comissão mas que nós conhecemos, pois estivemos mais intimamente ligados ao processo. Depois disso, o relatório ficará pronto para publicação.

Temos indicações que se preparava no 28 de Setembro uma viragem muito grande. Toda a parte da intenção foi tão rápida e as indicações recebidas à última da hora que não tivemos tempo de ir muito mais além. O tal contrato para a compra de 100 armas automáticas foi só conhecido na tarde

de 27, e foi nesse dia que se montou rapidamente o esquema para conseguir a prisão de uma série de elementos ligados a esse contrato de compra de armas, etc. A coisa foi demastado rápida. Houve uma série de pormenores que se foram avolumando e que a mim pessoalmente me fazem considerar que se preparava para o dia 28, (não sei se nessa altura) o derrube real do governo, mas haveria realmente uma viragem. Posteriormente estou convencido que o nosso general Spínola seria afastado. Nesse dia, o que se iria verificar era o aproveitamento da manifestação da «maioria silenciosa» para a criação de um clima tal de desordem, que daria possibilidade ao nosso general de instaurar o estado de sítio que ele já vinha a anunciar desde Junho com solução possível para restaurar a ordem no país. O estado de sítio dá poderes ditatoriais a quem está no poder e com a inatuação do estado sítio o brigadeiro Vasco Gonçalves seria afastado, e eu próprio; enfim, haveria um afastamento de uma série de

elementos preponderantes do MFA. Portanto, os responsáveis do 25 de Abril desapareceriam em 28 de Setembro. Julgo que seria esta a jogada. Claro que com o desaparecimento do MFA o nosso general Spínola, embora se convencesse que ficava com o poder total na mão, julgo que seria uma coisa muito efêmera. Estou convencido que (aliás o próprio relatório dos investigadores chega a essa conclusão) o general Spínola ficaria muito pouco tempo no poder e que a finalidade seria afastá-lo e substituí-lo por outro Presidente da República a curto prazo.

*CRISTÓFARO Augusto de*

# Movimento das Forças Armadas: humanismo "revolucionário" como espírito das estruturas políticas

ACONTECIMENTO esclarecedor foi, sem dúvida, a primeira conferência de imprensa do M.F.A. que, ao nível do grande público, o situou na perspectiva política que o fez nascer, dela emergindo temas noticiosos, claro o ânimo de abertura que balizará a sua acção futura.

Decorreu a conferência de imprensa na sede do M.F.A. no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, no último dia do ano, tendo estado presentes os representantes da Comissão Coordenadora, tenente coronel Charais, major Canto e Castro, primeiro tenente Judas, comandante Almada Contreiras, major Pinto Soares e capitães Vasco Lourenço e Pinto Soares.

Quer o texto introdutório das respostas às perguntas dos jornalistas, elaborado pela Comissão Coordenadora, quer as respostas às perguntas que foram entregues entre as 9 — 9 e 30 da manhã a conferência realizou-se à sãvel, podem considerar-se como a voz autêntica do Movimento. Uma e outras foram lidas, certamente para evitar desvios sempre possíveis, quando um elemento isolado se pronunciava indevidamente.



Oficiais do M.F.A. que presidiram à Conferência de Imprensa. Da esquerda para a direita: primeiro-tenente Judas; capitão Vasco Lourenço; major-piloto-aviador Canto e Castro; tenente-coronel Charais; capitão-tenente Almeida Contreiras; major-piloto-aviador Pereira Pinto; capitão Pinto Soares

## Democratização em clima "revolucionário"

Tendo sido perguntado ao capitão Vasco Lourenço se o M.F.A. estava do lado do capitalismo ou do socialismo, respondeu aquele porta-voz da Coordenação: "M.F.A. não está nem num lado nem noutro, porque não lhe cabe impor ao povo um regime. Tem que ser o povo a escolher esse regime livremente". E sublinhou, logo de seguida: "No entanto, podemos acrescentar que a via que ligamos é socialista. E das duas umas ou a capital colabora ou a via transforma-se de socialista em socialista. Convém aqui recordar o ponto do Programa do M.F.A. que preconiza uma estratégia anti-monopolista". Embora a palavra socialista ou socializante se possa prestar ainda a equívocos, parece-nos, contudo, que ela se aclara num contexto, por enquanto marcado por uma teia populista, a avaliar pelas palavras do tenente coronel Charas que presidia à reunião:

"Por parte do Programa do M.F.A. a democratização política, económica e social do país e ao que toca a democratização económica, terá como alvo as classes mais desprotegidas, as classes trabalhadoras, nomeadamente os operários e camponeses". Esclarece ainda que devem ser orientadas nas ideias expostas pelo comandante Almada Coutinho ao focar o aspecto do

legalismo revolucionário: "A nossa actuação deve manter uma coerência revolucionária para não ser a expressão de um simples levantamento militar. A revolução portuguesa deu-se para resolver as contradições da nossa sociedade". E acrescentou ainda o comandante Coutinho: "Todos os indivíduos que estiveram comprometidos com o fascismo, como aqueles que entraram no processo democrático, terão um julgamento revolucionário". Por conseguinte, se torna evidente numa óptica que tal julgamento revolucionário não pode ser pausado por um código que ainda para mais é herdado de um regime fascista que foi derrubado pelas armas, representando, como não podia deixar de ser, a classe que, então, dominava.

Ainda mais transparente o que acabámos de acentuar se atendermos ao que disse o primeiro-tenente Judas ao referir-se às prisões dos capitalistas. É de lembrar mais uma vez que tais palavras têm a força que lhe empresta o facto destes oficiais, nestas circunstâncias, serem os porta-vozes da Comissão Coordenadora do M.F.A.

"O COPCON, afirmou o primeiro-tenente Judas, actua de acordo com a legislação que o criou. No entanto, cremos ser necessário criar uma legislação

verdadeiramente revolucionária", tendo declarado, a seguir, que "as prisões não devam ser efectuadas no âmbito da luta anti-monopolista, mas sim na luta contra a corrupção".

O direito revolucionário exige um código próprio com a suspensão daquele que resultou do regime que foi derrubado. A sua ausência, porém, vem dizer-nos que a revolução portuguesa é uma revolução "sui generis" ou mais precisamente uma via para a transformação das estruturas da sociedade nacional, consideradas como não servidas das classes mais desprotegidas.

Para a consecução dos objectivos que se propõem, o M.F.A. preconiza "um humanismo revolucionário que defenda a unidade e a independência nacionais".

Nesta linha de considerações, pronunciou-se o major Pereira Pinto: "É lamentável ver populações que tudo teriam a beneficiar com um regime de feição socialista, serem manobradas com o papão comunista. No entanto, o M.F.A. está atento às manobras da reacção". Seria errado concluir, porém, destas palavras, que o M.F.A. advega um regime comunista, pois sempre se tem declarado supra-partidário, embora de orientação socializante,

orientação essa que é caminho para o socialismo, ao mesmo tempo que apoia os partidos de coligação e apoia inclusivamente os conditionalismos que permitem a existência do C.D.S. A maior parte desses partidos não são comunistas, o C.D.S. não é caminho para o socialismo e o P.P.D. é pelo socialismo democrático, expresso esta última que, lá bem no seu íntimo, mais não significa que um capitalismo e inteligente, civilizado de forte pendor humanista. No entanto, chama-se-lhe socialismo, palavra que se reveste de múltiplas conotações que não apenas entre si. O próprio programa económico de emergência é de feição social-democrata, a avaliar pelo que dele já se conhece. Dizem, no entanto, responsáveis militares que é seu timbre proceder por etapas e empenhar-se sempre em novas conquistas. Conseguida uma vitória, começar logo a pensar na seguinte. O que nos leva a supor que o processo político conduzido pelo M.F.A. é dotado em intenção de uma dinâmica íntegra que, por isso mesmo, o não configura a nenhuma das experiências políticas até hoje postas em prática. Não se pode dizer que toda, subjectivamente, para uma social democracia, embora em intenção tal situação política possa funcionar como estádio a ultrapassar.



## Qual o futuro do M.F.A.?

Mas qual o futuro do M.F.A. e a sua missão política em termos prospectivos? O porta-voz da Comissão Coordenadora, capitão Pinto Soares disse na conferência de Imprensa: "Na sequência das acções desenroladas em 25 de Abril, verificou-se que a definição dos órgãos de soberania deixava omnia e participação do M.F.A. Segundo alguns sectores militares, este dever-se-ia remeter aos quartéis. No entanto, os homens do M.F.A. são interpretes do pensamento e vontade revolucionária e após o 25 de Setembro, tal realidade foi compreendida. Daí a institucionalização." E continuou: "O problema da institucionalização é de somente importância, na medida em que é um fenómeno natural resultante da própria dinâmica do processo em curso. A Junta de Salvação Nacional é o órgão supremo instaurado pela revolução. Após o 25 de Setembro há entre a Junta e o M.F.A., uma ligação profunda e permanente". Quanto à existência do M.F.A.: "nunca se pôs nem pôde o problema de o M.F.A. acabar. O M.F.A. existirá enquanto existirem Forças Armadas, porque o M.F.A. são as Forças Armadas em movimento". E ainda: "O M.F.A. são enjeita as responsabilidades assumidas e continuará a manter estreitas ligações com todas as forças progressistas e democráticas".

## Conclusão

A terem algum sentido as palavras, tudo leva a concluir que o M.F.A., existindo no futuro como existe no presente, continuará incrustado no núcleo do poder político em Portugal, influenciado e potenciado todo o processo, à laia de motor. Mesmo depois das eleições. Faixa, no entanto, encontrar a fórmula de coagregar o civil e o militar, de forma a que o tal poder seja dotado de abertura revolucionária de que tanto se falou na conferência de Imprensa.

Este o comentário que se nos oferece fazer à Conferência de Imprensa do M.F.A., comentário este que pretende revelar as intenções das Forças Armadas enquanto representadas no Movimento e na Coordenadora.

Qual será, depois, o papel dos partidos políticos? É uma pergunta oportuna para a qual não vemos ainda resposta satisfatória a nível do que vai acontecer. Pensarão os militares fórmulas em que partidos e M.F.A. se influenciam em movimento recíproco? Os partidos enquanto cartilam, por meio de votos, a vontade popular e o M.F.A. enquanto a cartila também a nível dos contactos que é habitual fazer? Como se pode traduzir, porém a influência do M. F. A. nos partidos dentro da Constituinte para que a Constituição possa entrar a tal abertura revolucionária de que falam os militares, excluída a hipótese, sobre a qual muito se congruimos, da sua actuação em termos de deputados?

Creemos poder dizer que o problema continua a recorrer estudos e até há determinado ramo das Forças Armadas que pensa, eventualmente, recorrer à consulta de constitucionallistas estrangeiros de renome.

Augusto de Carvalho

## Texto lido pelo ten.-cor. Charais na conferência de imprensa

"A Comissão Coordenadora do Programa do Movimento das Forças Armadas vem sendo assediada desde há longo tempo, quer em geral, quer individualmente, pelos órgãos de informação para a concessão de entrevistas. De algumas forças concedidas, foram-se com alguma reticência e, normalmente a título individual.

Dada, no entanto, a existência de alguns órgãos de informação, a Comissão Coordenadora do Programa decidiu neste fim de ano de 1974, colocar-se à disposição da imprensa, Rádio e Televisão, para dar resposta a algumas questões, previamente apresentadas, consideradas de interesse para um melhor esclarecimento da opinião pública.

Antes de entrarmos no período de respostas a estas questões, a Comissão Coordenadora do Programa julga pertinente fazer uma breve apreciação à forma como decorrem estes oito meses de revolução e ao modo como, em seu entender, estão a ser cumpridos os objectivos do seu programa.

Antes de encetar esta breve análise, julga-se conveniente, mais uma vez chamar a atenção da nação portuguesa para o facto de o Programa do M. F. A. não ser um documento preenchido com conclusões e propostas rígidas que pretende traçar, a régua e esquadro, a orientação política, económica e social da nação. Como programa de um Movimento não poderá deixar de ser dinâmico, procurando a solução dos problemas surgidos pela aplicação, constantemente ponderada, dos seus princípios gerais orientadores aos dados reais das situações, em cada momento, tal não poderia deixar de verificar-se, pois, a relevância do seu formalismo, sobre o seu conteúdo, levaria como facilmente se pode compreender, à estolice e extinção do próprio Movimento. O Programa, expressão escrita de um conjunto de motivações fundamentais do povo português e por ele ratificado em 1 de Maio, já poderá considerar-se ultrapassado se também apenas por quem dele faz uma leitura formal, sem atender ao seu espírito, espírito este que resulta claro a uma leitura atenta e sem preconceitos, e sem o integrar nas condições conjuntivas em que Portugal está inserido."

"A não observância das condições atrás referidas, levou alguns a considerá-lo como um devio ao programa do M. F. A. as soluções adoptadas para o problema ultramarino. Formalmente, não contrasta de facto, no programa, o reconhecimento, por Portugal, do direito dos povos à autodeterminação com todas as suas consequências, incluindo a independência. Este princípio, incluído pela comissão de redacção do programa, foi estranho do seu texto original após prolongada discussão, por decisão maioritária dos membros da anterior Junta de Salvação Nacional, na madrugada do dia 26 de Abril. No entanto, o desenvolvimento de todo o processo veio demonstrar que, sem uma descolonização silenciosa e rápida, não seria possível uma política ultramarina que conduzia à paz, e consequentemente, uma política que conduzia à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis ao acaulescimento da nossa vida pública e à oblação do digno e que Portugal tem vindo entre as nações, constante das resoluções GANEZ do programa do M. F. A. através da lei 7/74 de 26 de Julho e face à situação real do problema ultramarino, não materializados, revolucionariamente, os princípios gerais do programa nesse campo. Em alguns pontos podemos afirmar não ter havido devio ao espírito do programa, e que o processo de descolonização tem dos seus principais objectivos, tem, prosseguido, privilegiando a Nação portuguesa e permitindo, quase de forma espectacular, o cumprimento de um outro dos seus pontos, o alargamento e diversificação das relações internacionais, com base na amizade e cooperação entre os povos.

A mesma lógica formal foi factor impeditivo da clarificação da situação e, consequentemente, da marcha do processo revolucionário, durante a vigência do primeiro Governo Provisório. De facto, a interpretação dentro de uma perspectiva legalista conservadora da afirmação de que as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte, foi um dos factores da sua inoperância. Tal afirmação, no contexto do programa, apenas deve ser entendida como não competir ao Governo Provisório e à Assembleia de sistemas políticos, económicos e sociais em que a Nação

ção passaria a viver. No entanto, são imposições do programa, que terão de ser cumpridas pelo Governo Provisório, a democratização política, económica e social a todos os níveis, tendo permanentemente como ideal força ou alvo prioritário, os interesses das classes mais desfavorecidas, trabalhadores, em geral, e operários e camponeses, em particular. A chave de opção do programa do M. F. A., da qual resulta um evidente humanismo revolucionário e um inequívoco sentimento de unidade e independência nacional, conjugado com os princípios recíprocos, em matéria de política externa, de independência de igualdade entre os Estados, a não ingerência nos assuntos internos de outros países e a defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade e na cooperação ou não tem sido compreendida, ou tem sido objectivo de manobras da reacção, quer interna, quer externa, visando obscurecer a processo revolucionário ou comprometer o M. F. A. em interesses inconfessáveis que se opõem à liberdade, dignificação e bem-estar do povo português. O processo de democratização política económica e social, apesar de algumas conquistas favoráveis já alcançadas, terá, não obstante as dificuldades de varia ordem que se lhe opõem, de ser acelerado. No campo político, o saldo pode considerar-se positivo. A nação portuguesa, denotando já possuir maturidade política, assistiu sem convulsões internas, a mudanças do Governo Provisório, do Presidente da República, compreendendo imediatamente a necessidade de tais mudanças e apoiando-as incondicionalmente. No ano de 1975 teremos eleições livres, pelas quais o povo português expressará a sua vontade, através das organizações dos partidos. O esclarecimento político actual da população poderá não ser o mais desejável, nem tal seria possível, uma vez que a democracia não é objecto que se dá ou compra, mas terá que ser aprendida e conquistada na prática prolongada de verdadeiras instituições democráticas.

Estamos convencidos de que o povo português terá já, o discernimento suficiente para escolher os partidos que o pretendam servir e não servir-se dele, uma vez que aceitará todos aqueles que, nos processos de acção política que adoptar, tenham como desmembrar comuns os princípios e objectivos do programa do M. F. A. e as conquistas

democráticas já alcançadas. O M. F. A. virará para que o mesmo povo não seja enganado pela exploração da ignorância em que foi mantido durante tantos anos.

«No campo económico e social, desenvolve-se, como é do conhecimento de toda a gente, intensa actividade, tendente a definir objectivos e processos que permitam recuperar o tempo perdido. Um dos grandes obstáculos que se opõem à concretização rápida daquelas objectivos, para além dos outros já do conhecimento de nação portuguesa, são as actuais estruturas da nossa sociedade. O regime fascista, para além das suas figuras caricáticas, colaboradores, sistemas repressivos, dilatou-se no tempo, merco do apoio recebido de uma estrutura viciada e viciosa, que se alargou a todos os sectores do aparelho do Estado, com repercussões profundas nas estruturas comerciais e industriais. A opção política atrás referida, e não é demais sublinhar, inteiramente independente de qualquer perspectiva ideológica partidária, interna ou externa, não poderá ser os seus fundamentos lançados sem uma rápida reformulação e saneamento das actuais estruturas da sociedade portuguesa. O considerar-se esta reformulação e saneamento como uma grande reforma de fundo, constitui um artificio que obsta inteiramente à sua execução. O M.F.A. afirma a sua inabalável decisão de proceder de acordo com o estipulado no seu programa, embora com os cuidados que permitam o seu processamento sem convulsões internas que afetem a paz, o progresso e o bem-estar. Para tal, garante a todos os portugueses, ao iniciar o ano de 1975 um Movimento das Forças Armadas mais forte, mais coeso e perfeitamente consciencializado para a consecução dos objectivos do seu programa.

O ano de 1975 não será um ano fácil. As dificuldades a vencer serão muitas. Mas unidos, Movimento das Forças Armadas e Povo Português, continuaremos a lançar, pedra a pedra, esse edifício que será o novo Portugal.

A todos os portugueses o Movimento das Forças Armadas pela sua Comissão Coordenadora, deseja um ano de 1975 de intensa consciencialização política, de paz, de progresso e de bem estar social».